convergência

DEZ — 1980 — ANO XIII — Nº 138

● **AOS RELIGIOSOS DO BRASIL**

Cardeal Eduardo Pirônio — página 591

● **A IGREJA DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Dom Ivo Lorscheiter — página 608

● **AÇÃO PASTORAL DA VIDA RELIGIOSA DENTRO DA IGREJA**

Dom Luciano Mendes de Almeida — página 619

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil (CRB)

Diretor-Responsável:
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1980:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) Cr\$ 420,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
Exterior: aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 42,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Creio que Você pode descobrir, sem grande esforço, algo como um pássaro voando e pousando. Ao tentar materializar esta figuração mental, num traço imutável e dinâmico, pensei nisto: (1º) Uma andorinha não faz verão. 1980 é o ano da XII Assembleia Geral Ordinária Eletiva da CRB cujo tema central é "Libertar para a COMUNHÃO e PARTICIPAÇÃO". Vencer a tentação do alheamento. Esta coisa estranha: o homem sozinho, a solução individual. Dar-se as mãos. Encontrar-se é, de uma vez só, fator de estabilidade e força de transformação. (2º) A Igreja Latino-Americana decidiu, mais uma vez, em Puebla, sua opção preferencial pelo pobre. A Campanha da Fraternidade da Igreja, no Brasil, ressalta, neste ano, a figura do Migrante. O pássaro é bem o símbolo do pobre e de quem não tem destino certo. Ora para frente, ora para o norte, ora para trás, ao sabor das correntes da sorte. (3º)

Esta palavra de esperança: "Ninguém tem morada definitiva no tempo" (Hbr 13, 14; Miq 2, 10). Todos andam em busca de horizonte mais alto. Sentimos a dor do incompleto. COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, POBRE, um FUTURO fora do tempo, pontos de linhas medulares de interpretação da fenomenologia de nossa Vida Religiosa. CONVERGÊNCIA quer confirmar, em Você, a sensação de que não estamos parados. E estamos no rumo certo.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	577
DUAS ENTREVISTAS	579
ABERTURA DA XII AGO Pe. Décio Batista Teixeira, SDB	584
AOS RELIGIOSOS DO BRASIL Cardeal Eduardo Pirônio	591
A IGREJA DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS Dom Ivo Lorscheiter	608
AÇÃO PASTORAL DA VIDA RELIGIOSA DENTRO DA IGREJA Dom Luciano Mendes de Almeida	619
CRB — 25 ANOS Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	629

mo **Cardeal Eduardo Pirônio**, Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares. As duas palestras por ele proferidas nessa manhã: "Pobreza e Esperança"; "Serviço e comunidade", têm um rico conteúdo teológico-espiritual e constituem um autêntico testemunho de vida.

"A Igreja do Brasil, seus grandes desafios e perspectivas", é o texto da palestra de **Dom Ivo Lorscheiter**, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi, talvez, a interpelação mais forte dirigida à XII AGO e, através dela, a todos os Religiosos do Brasil. Lembrando que "os Religiosos têm o carisma da transformação agressiva", Dom Ivo insiste em que é preciso manter vivo na Igreja este carisma. Só assim a Vida Religiosa terá condições de fazer frente aos grandes desafios da atual conjuntura eclesial: "compreender qual é a missão verdadeira da Igreja"; "realizar a unidade"; "responder às exigências do Brasil e do mundo hoje".

A palestra de **Dom Luciano Mendes de Almeida**, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, "Ação pastoral da Vida Religiosa dentro da Igreja", é de extraordinária atualidade e de vivo interesse. A intuição fundamental de D. Luciano na sua palestra constitui um autêntico desafio para os Religiosos no atual momento histórico. "A Vida Religiosa deve co-

laborar na transformação da sociedade através de ações que potenciem, não o tipo de atuação isolada, mas a vivência comunitária que, se possível envolva todo o povo de Deus e o faça assumir sua missão de sujeito de sua própria transformação."

Na conclusão do ano jubilar da Conferência dos Religiosos do Brasil — 25 anos de existência — Convergência entrevistou a **Irmã Sérvula Barbosa**, atual Superiora-Geral das Irmãs da Providência de GAP, e **Frei Constâncio Nogara, OFM**, Diretor das Faculdades Franciscanas de Bragança Paulista. Ambos têm sua vida muito ligada à vida da CRB pela amizade e pelo serviço que prestaram à Conferência. Eles nos contam o significado deste serviço na sua vida e nos dizem como vêem o papel da CRB hoje, na Igreja do Brasil.

O artigo do **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.** "CRB — 25 anos" é uma excelente análise daquilo que estes 25 anos da CRB constituem como experiência de serviço à Vida Religiosa no país. O autor escreve com a extraordinária fluência e mordência de quem viveu por dentro momentos decisivos na vida da Conferência, ocupando o cargo de Presidente Nacional durante nove anos consecutivos. O artigo é um novo testemunho existencial que o Pe. Marcello brinda aos Religiosos e Religiosas do Brasil.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

DUAS ENTREVISTAS

LEMBRANÇAS DE UMA EXPERIÊNCIA (I)

Frei Constâncio Nogara, OFM
Bragança Paulista, SP

Que significou para você o seu serviço à Igreja e à vida religiosa do país, através da CRB?

Responder a uma pergunta destas é bastante arriscado, pois entra muito de subjetivo, daquilo que se viveu, se interiorizou, e que nem apareceu aos olhos dos outros. Passei 7 anos na CRB, e já passaram sobre eles mais 4. Ver a CRB entrar na casa dos 25 anos de existência, não deixa de ser atraente recordar o período que trabalhei nela. Antes de dizer o que significou para mim o trabalho na CRB, pergunto-me se houve efetivamente um serviço à Igreja e à vida religiosa, naquele período, 1969-1976. Direi apenas um ou outro aspecto que mereceram maior importância.

1.1. Houve um serviço à Igreja?
Em 1968 se realizara a Assembléia da CRB, que apesar das dificuldades já grandes na área financeira, foi confirmada a linha de serviços que vinha prestando às comunidades religiosas. Houve até incentivos, mas apenas para nos surpreender com maior impacto, em outubro de

70, com aquilo que se convencionou chamar a "crise econômico-financeira da CRB". Passamos momentos duríssimos. Os sofrimentos, no entanto, nos uniram muito. Buscávamos o que Deus queria de nós. Dos religiosos. Das religiosas. O que esperava a Igreja da vida religiosa?

A CRB era considerada rica e poderosa. Tornou-se muito pequena, pobre, humilde, dependente de outros, e merecedora de muito perdão. Com o Vaticano II os religiosos haviam sido solicitados a serem participantes diretos da evangelização, da vida das igrejas locais, inseridos profunda e corajosamente nas realidades do mundo, como insistiram os Bispos, em Medellín.

Estávamos convencidos de que a vida religiosa é evangelizadora em si mesma. Mas para tanto não bastava inserir-se nas realidades mais carentes, responder aos apelos de outros tipos de trabalhos. Era necessário levar ao povo uma mensagem de vida evangélica, ou seja, viver com prioridade os valores dos respectivos carismas.

Procuramos valorizar o diálogo e a comunicação com a CNBB Nacional e com os Bispos locais, no sentido de criar espaço para uma vida religiosa mais aberta e feliz. Notou-se o esforço de muitos bispos no sentido de se aprofundarem no conteúdo teológico da vida religiosa, o que contribuiu para a correta definição do lugar do religioso na Igreja local. Esse era um ponto importante: que os bispos assumissem a vida religiosa no seu verdadeiro significado eclesial e evangelizador. Enfoque este que nos parecia indispensável, pois haviam surgido centenas de pequenas comunidades com tarefas diversas daquelas que comumente desempenhavam em suas grandes comunidades. A acolhida por parte da Igreja local, e sobretudo, por parte do Bispo, era vital. Fizemos também algum progresso no diálogo entre bispos e superiores maiores.

1.2. Houve um serviço à vida religiosa? A CRB, na pobreza e despojamento em que se encontrava, lembrou-se muito do Evangelho. E buscamos inculcar entusiasmo, otimismo, coragem, fé e esperança nos religiosos que contactávamos. Vivia-se o clima dos capítulos especiais de renovação, buscavam-se novas opções de apostolado, e com preocupação de fidelidade ao carisma original. Foram cursos, encontros, viagens, assembléias, para que as teses fundamentais do Cap. VI, da *Lumen Gentium* se transformassem em realidade.

Preocupava-nos que a vida religiosa fosse uma resposta evangélica, à realidade concreta brasileira. Tínhamos de nos libertar do peso de

tradições meramente culturais e históricas, impeditivas para uma maior aderência ao presente e ao concreto da vida. Nem sempre conseguimos, mas nos esforçamos para que houvesse um diálogo constante entre religiosos e bispos e o povo de Deus; e fossem entre si fraternos.

1.3. O que significou este serviço para mim? Com simplicidade direi: sob o aspecto profissional foi um excelente modo de conhecer o Brasil, seu povo, bispos, padres, religiosas, religiosos. Foram centenas de congregações, milhares de religiosos que contactei. Subjetivamente, qual foi minha reação? Dei o melhor de mim mesmo, com dedicação e amor. Procurei servir, dentro da situação em que a CRB se encontrava, de pobreza e disponibilidade. Por outro lado, o exemplo extraordinário de vidas santas, espalhadas por todas as regiões, deram-me sempre alento para fazer algo mais, por pouco que fosse.

Como você vê o papel da CRB no atual momento da Igreja no Brasil?

A CRB é um organismo como outros similares. Tem sua estrutura e regras. O papel que for desempenhar dependerá da maior ou menor flexibilidade de sua estrutura, e das pessoas que a dirigem, numa determinada época. Como isso é variável, não se trata de ver este aspecto, mas o organismo, em si mesmo. A CRB prestou comprovados serviços à comunidade religiosa do Brasil. Conforme o período, adaptou-se às circunstâncias, e sempre conseguiu marcar uma presença positiva junto aos seus associados.

Cada período da história deve criar os organismos mais adequados à consecução das metas perseguidas pela respectiva instituição. Assim pois, no mundo em que vive a Igreja do pós-Vaticano II, é da maior importância a inter-comunicação e a mútua ajuda. Se no passado cada diocese, cada bispo, cada congregação religiosa podia ser auto-suficiente, o mesmo não acontece hoje. As conferências episcopais são uma exigência da colegialidade; bem como as conferências de religiosos.

A CRB desempenha um grande serviço, quando ajuda congregações, reúne pessoas para cursos, promove assembleias de superiores para discutir os problemas mais candentes de vida religiosa e de Igreja. Se a CRB conseguir ampliar sempre mais sua capacidade de inter-comunicação corresponsável, entre as diferentes faixas de religiosos, e destas com o povo de Deus, sobretudo as faixas mais carentes, creio então que será uma organização atual, necessária, dinâmica e adaptável aos tempos e à realidade do Brasil.

Infelizmente, hoje como no passado, os superiores não entenderam que a boa qualidade de serviços que a CRB presta depende da qualidade de religiosos que eles liberam para estes serviços comuns. Aí está uma dificuldade. Cada congregação pensa antes em si mesma, em seus assuntos internos, e se sobrar gente será liberada. Não se trata de liberar gente que sobra, mas gente que faz muita falta, por ser gente competente. E se não for assim, não adianta liberar. E a CRB deve conformar-se com serviços limitados e medíocres.

A presença da CRB continuará sendo válida, se estiver atenta às mudanças do mundo, às necessidades da Igreja, e se for um incentivo dinâmico à maior vivência evangélica de cada carisma congregacional. A CRB não deveria temer de auscultar a ebulição de novas formas de vida religiosa que fermentam nas bases, nas pequenas comunidades, para ajudá-las com sua crítica e discernimento. Será um apreciável trabalho para as congregações, e a CRB manter-se-á sempre válida e atual.

LEMBRANÇAS DE UMA EXPERIÊNCIA (II)

Irmã Sérvula Barbosa, Prov. de Gap
Superiora Geral

Como trabalhou pela Igreja do Brasil, trabalhando na CRB?

É bom que essa pergunta me seja feita dez anos após eu ter deixado os trabalhos na CRB. As cir-

cunstâncias de minha vida, após aqueles três anos em que ali estive, levaram-me a sentir o impacto e a interpelar-me fortemente, por não estar trabalhando diretamente com o povo.

Estando na CRB, não senti esse impacto. O fato de sair de casa para trabalhar, de integrar equipe com religiosos de outras Congregações, de partilhar suas experiências, preocupações e projetos, ligados a áreas geográficas e a atividades diversificadas, tudo isso me fez sentir sempre, na CRB, muito realizada em meu propósito de servir a Igreja. Sentia-me situada num ambiente amplo, e isso me deixava muito feliz. Sabia que estava ligada diretamente à Vida Religiosa e à Igreja do Brasil. Não separava uma da outra: como os religiosos, estavam a serviço da Igreja, meu serviço aos religiosos era também um serviço à Igreja. Aliás, havia sempre o cuidado do diálogo com as Igrejas locais e com a CNBB.

Dois anos após ter deixado o trabalho na CRB, passei a exercer, na minha Congregação, as funções de Provincial. Então sim, é que senti o impacto. Questionei-me, e acabei me convencendo de maneira explícita, de que, observadas certas condições, se pode trabalhar intensamente por um grupo sem estar diretamente ligado a ele.

Para que nossos religiosos — tantos — inteiramente dedicados ao povo de Deus, possam ser mais realizados na vivência do sentido profundo que deram à sua existência, para que respondam com maior consciência e acerto aos apelos de nosso tempo e para que sejam mais eficientes nas atividades a que se dedicam, terão de ser ajudados por aqueles que se ocupam em refletir, assessorar, abrir pistas, coordenar. Não vou entrar em detalhes, refe-

rindo-me às atividades realizadas naquela época, todas em vista da pessoa consagrada, na sua vida e na sua missão.

Como vê o serviço da CRB aos Religiosos do Brasil?

A CRB é órgão de cúpula. Congrega todos os religiosos do Brasil, em benefício de sua própria vida e missão, no serviço à Igreja do Brasil. Está comemorando seus 25 anos: já percorreu um caminho e já superou crises. Pode falar de suas experiências e referir-se a uma tradição. Tendo sido bem aceita desde o início, ela se impõe agora à confiança de todos. No momento, a CRB reúne uma equipe de gabarito, em número e em qualidade, distribuída em tarefas de direção, de reflexão e de execução, e cobrindo toda a realidade nacional.

Não lhe é difícil conhecer a realidade dos religiosos e da VR no Brasil: anseios, esperanças, buscas, experiências, problemas e sofrimentos. Sua equipe é variada, e está distribuída por todo o país, através das Regionais. Há diálogo constante com as bases, através de canais diversos, inclusive os próprios cursos que promove, e há caminhos bem sedimentados de coordenação da própria equipe, para um trabalho conjunto.

A realidade dos religiosos é verificada nos seus diversos condicionamentos: em si mesma; na realidade do povo, ao qual pretende servir: na Igreja nacional e universal, nas cúpulas das Congregações, mesmo se situadas fora do Brasil. Há acolhida, atenção e diálogo com todos

e há uma reflexão profunda sobre tudo que afeta a vida e a missão dos religiosos.

Essas condições reunidas fazem da CRB — e só dela — um órgão realmente capacitado para dar subsídios e abrir pistas para a VR no Brasil. A CRB responde a isso, oferecendo-nos variadas formas de colaboração, entre as quais se destacam os programas de formação inicial e permanente. Os "Inter", multiplicados nas diversas regiões ajudam a preparar religiosos de nossos dias, e dão um bom apoio aos formadores, dos quais tanto se espera. Do seu trabalho, depende o futuro da VR.

Os programas de formação permanente são também, muito bons, cada um de acordo com seus objetivos. Quero destacar, por se tratar de programas mais longos, e portanto, mais profundos e completos, o

CETESP e o CERNE. Este último, em particular porque atende a uma faixa de religiosos que, dando tanto de si as suas Congregações e à Igreja, eram sempre esquecidos nos programas de formação, especialmente quanto ao que é específico à consagração religiosa.

Claro que a programação da CRB, num momento dado, não esgota suas possibilidades. Ela será sempre desafiada pela vida, que apresenta faces novas, pedindo respostas também novas e originais. A CRB tem respondido, manifestando dinamismo e senso de oportunidade. Nós, religiosos do Brasil, lhe somos gratos. Creio que todos buscamos participar de sua vida, recebendo ou criticando, e colaborando de acordo com nossas possibilidades. Fazemos votos para que prossiga no seu caminho de serviço à Igreja servindo àqueles que a ela se dedicaram.

ABERTURA DA XII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CRB

*Discurso pronunciado pelo PE. DÉCIO BATISTA
TEIXEIRA, SDB, Presidente Nacional
da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB),
na sessão de abertura
da XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva
da CRB, realizada de 27 de julho a 2 de agosto
de 1980, ano da visita do Papa João Paulo II, ao Brasil.*

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Presidente Nacional da CRB

Senhor Dom IGNÁCIO BARBOSA ACCIOLI, Abade do Mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro; Senhor Cardeal EUGÊNIO DE ARAUJO SALLES, Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro; Senhor Arcebispo Dom CARMINE ROCCO, Núncio Apostólico do Brasil; Senhor Dom JOSÉ CLEMENTE ISNARD, Bispo de Friburgo e Vice-Presidente da CNBB; Senhor Dom JOÃO BAPTISTA PRZYKLENK, Bispo de Januária, Membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e responsável na CEP pelo Setor de Vida Consagrada; Senhor Dom BASÍLIO PENIDO, Presidente da Ordem dos Beneditinos no Brasil e Abade no Mosteiro de Olinda; Padre MATEO PERDIA, Presidente da Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR); Irmã REGINA CASEY, Presidente da União Internacional de Superioras Gerais; Irmã MARIA DE FÁTIMA RAMOS, Presidente e demais MEMBROS do Conselho Superior da CRB; Padre AGOSTINHO CASTEJÓN, Presidente da Associação de Educadores Católicos; Mons. ZENO OSÓRIO MARQUES, Diretor do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS); Padre FAUSTINO HUIDOBRO, Vice-Presidente da Conferência dos Religiosos do Chile; Senhores MEMBROS DA DIRETORIA e do EXECUTIVO NACIONAL da CRB; Senhores PRESIDENTES e SECRETÁRIOS EXECUTIVOS das Regionais da CRB; Senhores MEMBROS da Equipe Nacional de Reflexão Teológica da CRB; Senhores OBSERVADORES e ASSESSORES; Senhores COLABORADORES e prezados FUNCIONÁRIOS da CRB; Senhores VOGAIS da XII Assembléia Geral Ordinária da Conferência dos Religiosos do Brasil:

Precisamente quando a **CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL** acaba de cumprir seus 25 anos de existência, nos encontramos reunidos aqui, nesta mesma cidade que foi o cenário do seu surgimento, para instaurar a sua **XII ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**.

Esta cerimônia coincide com um momento singular da vida da Igreja do Brasil, que todos nós vivemos intensamente, com a consciência nítida da sua importância e do seu alcance: a visita de João Paulo II ao nosso país. Sua presença entre nós durante 12 dias, foi intensa, abrangente, inspiradora. Abriu horizontes, traçou diretrizes, apontou caminhos, estimulou e encorajou, confirmou na fé, fortaleceu na esperança. Numa palavra: consolidou a Igreja do Brasil. Tudo o que ele disse e tudo o que ele fez calou fundo em nós. E assim foi, porque nos teve sempre como ponto de referência, porque teve em conta a nossa realidade e respeitou profundamente o que somos e o que queremos ser como Igreja. Deixou-nos sua mensagem, rica em Evangelho e não menos rica — não podia ser de outra forma — em humanidade. Talvez o mais evidente desta sua mensagem e que por isto mesmo repercutiu com força, no nosso povo é isto: que a fé que herdamos de nossos pais é fator de humanização da sociedade, humanização que antecipa a salvação a que Deus nos chama em seu reino.

Dentro deste clima criado pela visita de João Paulo II, clima de profunda reflexão sobre o que significa ser cristão, hoje, viver o Evangelho e comprometer-se no seguimento de Jesus, nesta conjuntura histórico-social da nossa Igreja, insere-se esta semana de estudos, de trabalho e de fraterna convivência para todos nós que formamos a Conferência dos Religiosos do Brasil ou que, de algum modo estamos a ela ligados pelos laços de amizade e de colaboração.

O tema central que nos vai ocupar durante estes dias está em linha com a grande consigna de Puebla para a Igreja Latino-americana: **"LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO"**. A ampla consulta feita aos religiosos do país, através dos Superiores Maiores e das Regionais da CRB confirmou a conveniência e a oportunidade de um aprofundamento das grandes opções de Puebla, que permitisse à Vida Religiosa do país confrontar-se com estas opções, rever-se à luz destas tomadas de posições e encetar um renovado processo de conversão, para acertar o passo com o passo da caminhada histórica da nossa Igreja e do nosso povo, e chegar a ser, assim, cada vez mais um sinal inteligível das realidades que anuncia e antecipa, quer dizer, um sinal que, de fato, sinaliza e significa.

Estas grandes opções do Episcopado Latino-americano em Puebla — lembrados e confirmados, agora, tantas vezes e de tantas maneiras pelo Papa, durante sua visita, quiseram ser uma tentativa de resposta ao ingente desafio que emerge da nossa realidade para a missão evangelizadora da Igreja e que o documento dos Bispos formula com precisão: "a situação de injustiça estrutural e de pecado social é uma contradição escandalosa

ao próprio ser cristão, incompreensível num continente católico” (P. n. 28). Esta situação de pecado se manifesta, sobretudo e dolorosamente numa profunda ruptura de Comunhão e Participação em nossa realidade. A carência deste bem essencial — Comunhão e Participação — que é também um bem do Reino de Deus, torna urgente um processo de libertação que gere exatamente Comunhão e Participação, como teremos ocasião de considerar mais detidamente ao longo destes dias. É claro o nexó: “A Comunhão e a Participação constituem a meta a ser alcançada; a libertação perfaz o caminho que conduz para lá.”

Com esta consigna o Episcopado da América Latina, sob a guia do Espírito, convoca todos os homens e de modo especial os cristãos, a construir uma sociedade pluralista, baseada na efetiva Comunhão e Participação. Nossa XII Assembléia Geral quer ser um esforço de reflexão e busca conjunta de todos os Superiores Maiores do país, no sentido de encontrar para a Vida Religiosa os melhores caminhos de atualizar e concretizar, nas suas opções e nas suas práticas, a grande consigna de Puebla. Esta a razão do tema central: “LIBERTAR PARA A COMUNHÃO E PARTICIPAÇÃO”.

Paulo VI na “*Evangelii Nuntiandi*” expressava, com vigor, a urgência de acelerar o processo de libertação: “A Igreja tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos, entre os quais, muitos filhos seus; o dever de ajudar a nascer esta libertação, de dar testemunho da mesma e de fazer que seja total”. Isto vale, “a fortiori”, para os religiosos. Mas os religiosos não participam de qualquer maneira no processo de libertação. “Não sois dirigentes sociais, líderes políticos, ou funcionários de um poder temporal”, dizia João Paulo II no México e o recordava agora no Brasil. Os religiosos são fundamentalmente pessoas consagradas que colocaram Deus, no seguimento de Jesus, como eixo orientador de toda a vida. A partir de Deus se interpretam todas as coisas e com Deus são informadas todas as práticas. Portanto, é a partir desta opção básica e radical que devem estar presentes e atuantes no processo de libertação integral capaz de criar comunhão e participação. Em torno a este núcleo central se articulam os vários aspectos relacionados diretamente com ele e que serão abordados.

Em primeiro lugar, a “OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES”. Puebla constatou, como uma das tendências mais notáveis da Vida Religiosa no Continente, esta opção cada vez mais significativa dos religiosos pelos pobres, como sinais de Jesus pobre entre os empobrecidos. Isto significa que numa realidade social, marcada por uma brecha crescente entre ricos e pobres, o lugar social do religioso é aquele do lado dos pobres cuja pobreza é fruto de injustiça que sofrem. Quero entender: seja qual for o setor da sociedade que procura evangelizar, o religioso deve fazê-lo a partir da ótica da opção preferencial pelos pobres. Sua pedagogia neste compromisso será sempre evangélica, sem excluir ninguém sem exarcebar o conflito, rejeitando a violência e os reducionismos ideológicos de qualquer signo.

Num segundo momento: "A Educação dentro da ótica da opção pelos pobres e pelos jovens". Talvez, um dos mais sérios desafios para a ação evangelizadora da Igreja e da Vida Religiosa no momento atual. Como formar verdadeiros agentes de transformação, como quer Puebla, para que surja uma sociedade nova e os ideais evangélicos não fiquem no reino da utopia, mas sejam traduzidos para arena da história?

Finalmente: "A vida religiosa inserida nos meios populares". A inserção de pequenas comunidades religiosas em meios populares vai crescendo em todo o país, especialmente na periferia das grandes cidades. Estas comunidades vão se constituindo numa verdadeira alternativa em relação às formas tradicionalmente conhecidas de viver o projeto religioso e vêm se revelando enormemente fecundas para a renovação de toda a Vida Religiosa. João Paulo II, na sua fala às religiosas, encomiou este esforço dizendo: "Torna-se necessário entretanto, abandonar algumas vezes obras ou atividades para poder dedicar-se a outras, inclusive de caráter mais pastoral que precisam adotar novas formas de presença no mundo dos homens. Conheço o esmero que pondeis na busca e realização dessas novas formas de presença e só posso apreciar o vosso empenho".

A nossa reflexão correria o risco de ficar apenas no nível da utopia ou dos critérios teóricos, se não fosse confrontada com a vida. Por isto, teremos aqui conosco, em cada um destes dias, uma religiosa ou um religioso que nos trarão o seu depoimento de como, na própria comunidade, estão tentando viabilizar e visibilizar estes ideais de libertação para a Comunhão e a Participação. Eles nos farão perceber que o processo avança, não sem dificuldades e tensões, mas num movimento retilíneo e irreversível que culminará naquela total transfiguração da humanidade quando o Reino se instaure definitivamente, mais além de toda meta intrahistórica.

Não poderá ser cabalmente enfatizada a importância, o alcance e a responsabilidade desta Assembléia dos Superiores Maiores de quase todos os Institutos Religiosos que atuam neste país, precisamente nesta conjuntura histórica. O Espírito do Senhor nos guia e sua força nos impele. Nos faça discernir as urgências desta hora e nos vigorize para a audácia das decisões pertinentes.

Preside, hoje, a abertura de nossos trabalhos, para honra e alegria desta XII Assembléia Geral da CRB, sua Eminência o Sr. Cardeal D. Eugênio de Araújo Salles, Pastor da Arquidiocese do Rio de Janeiro que nos acolhe. Sua Eminência, com a solicitude pastoral que tanto o caracteriza tem manifestado seu afeto à CRB, interessando-se pela sua vida e atividades. A sua Eminência o nosso caloroso e profundo agradecimento e a nossa efusiva homenagem.

Um agradecimento muito cordial também ao Sr. Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco. No exercício de sua função, tem demonstrado sempre interesse para a Conferência dos Religiosos. Sua presença torna mais viva,

em todos nós a presença de sua Santidade João Paulo II que tão recentemente conviveu com a nossa Igreja e nos deixou uma viva esperança.

Agradecimento vivo e profundo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a todo o Episcopado Nacional representado aqui por D. Clemente Isnard, Vice-Presidente da CNBB e D. João Baptista Przyklenk, membro da Comissão Episcopal de Pastoral — linha 5 — Ecumenismo: e responsável pelo setor Vida Consagrada na CEP. O excelente entrosamento subsidiário das duas Conferências, a definição clara da posição da CRB no conjunto da Igreja do Brasil, suas atribuições e objetivos reconhecidos e valorizados pela CNBB, as reuniões periódicas dos quadros dirigentes das duas organizações tão ricas e fecundas, a estreita colaboração e mútuo apoio em momentos de especial significância, são grandes marcos deste triênio, que relembro, aqui, como expressão do mais cáldo reconhecimento.

De um modo singular quero destacar nossa gratidão a D. Basílio Penedo, Presidente da Ordem dos Beneditinos do Brasil, e a D. Ignácio Accioli, Abade deste Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. O agradecimento que hoje lhe expressamos quer ser uma homenagem cáldida e sentida de todos os Religiosos e Religiosas do Brasil, aos 1500 anos de existência da família Beneditina na Igreja. Presente em nosso país desde os seus primórdios, a Ordem Beneditina teve sempre uma especial influência no catolicismo brasileiro, como uma das grandes correntes de Espiritualidade, fontal e inspiradora para tantos movimentos eclesiais e para tantas famílias religiosas.

A CRB é enormemente agradecida, de modo particular, à comunidade beneditina desta cidade que durante dois anos acolheu em seu mosteiro a sede nacional da Conferência e hoje, outra vez, nos abre as suas portas e coloca à nossa disposição os seus recintos para a celebração da nossa XII Assembléia Geral.

Um agradecimento fraterno à União Internacional de Superiores Gerais, tão dignamente aqui representada na pessoa de Madre Regina Casey, Presidente deste organismo. Sua presença, aqui, hoje, estreita os vínculos fraternos que unem as duas instituições, e nos faz sentir a presença solidária de todos aqueles Superiores Gerais que residindo do outro lado do oceano e tendo aqui suas comunidades, desejariam estar conosco e não podem fazê-lo. Quero dizer uma palavra muito fraterna e de agradecimento à Confederação Latino-americana de Religiosos, presente entre nós na pessoa de seu Presidente, nosso caro amigo, Pe. Mateo Perdia. Somos parcela da CLAR e queremos continuar a colaborar estreitamente, dentro de nossas possibilidades, para a difícil e delicada missão que pertence à CLAR: conduzi-la ao conseguimento de seus objetivos de animar e promover a Vida Religiosa em nível continental.

Entre os colaboradores da CRB, devo destacar com um vivo e sentido reconhecimento nossos amigos das Organizações ADVENIAT, MISEREOR,

AÇÃO QUARESIMAL, ENTRAIDE ET FRATERNITÉ. Sem a sua grande e generosa ajuda as programações da CRB, em nível Nacional e Regional, não poderiam de forma alguma, manter-se em toda a sua extensão e riqueza, para a consecução dos seus objetivos: animação e promoção da vida religiosa.

Quero expressar ainda estima e agradecimento aos organismos nacionais, AEC, CERIS, presentes hoje entre nós, na pessoa dos seus respectivos Diretores, Pe. Agostinho Castejón, Mons. Zeno Osório Marques. A colaboração destes organismos com a CRB têm sido estreita e muito profícua para um melhor serviço à Igreja e à Vida Religiosa.

Aos meus colaboradores mais diretos e imediatos que compartilharam comigo o peso da responsabilidade na gestão da CRB durante este triênio, os Diretores Nacionais, a expressão mais sincera do meu agradecimento. A disponibilidade, e o sentido de responsabilidade demonstrados no desempenho do seu mandato, a colaboração assídua e fraterna, o real interesse em assumir comigo as preocupações e as decisões, foram fatores que influíram decisivamente para o bom andamento da Conferência, no seu conjunto e nos seus vários setores.

Da mesma maneira, quero dirigir uma palavra feliz de reconhecimento aos membros do Conselho Superior que, com atenta solicitude, e fraterna colaboração acompanharam, de perto, a vida e atividades da CRB, estimulando e encorajando, sugerindo e questionando.

Quero lembrar também a eficiente e responsável atuação do Conselho Fiscal no desempenho do seu mandato, e expressar a todos os membros deste Conselho meu muito obrigado fraterno e cordial.

A ação da CRB não poderia atingir, de fato, as bases, nem responder adequadamente às realidades tão diversificadas do Brasil, se não fossem as nossas Regionais. Elas são a concretização e a expressão mais visível da vitalidade da Conferência. É justo, portanto, que recebam, neste momento, na pessoa de seus dedicados Presidentes, Diretores, Executivos e membros de núcleos diocesanos, um agradecimento muito vivo pela colaboração e união com a Nacional e pelo serviço constante, profícuo e abnegado à Vida Religiosa no país.

Ao meu Executivo Nacional, que, embora afogado nos trabalhos porque reduzido em número, respondeu de maneira eficiente, criativa, responsável e dinâmica pelas muitas programações, realizações e funcionamento desta sede Nacional, o testemunho da mais sincera gratidão. Sua presença constante no dia-a-dia, sua amizade fraterna, seu real interesse pela Conferência, sua dedicação irrestrita constituíram, para o Presidente e para a Diretoria Nacional, um apoio e uma serena garantia de êxito no desempenho da Missão a nós confiada pela XI Assembléia Geral.

Destaco também, de um modo todo especial, com grande afeto a amizade, a inestimável colaboração dos nossos funcionários e funcionárias da sede Central e de todas as Regionais. Eles fazem possível a vida e a atividade da Conferência e ocupam muitos postos-chaves dentro de nossa organização e são, por isto mesmo, credores de nosso reconhecimento mais sincero.

Uma saudação muito cordial aos nossos assessores, colaboradores e observadores, particularmente aos Superiores Gerais e membros de Conselhos Gerais aqui presentes e que vieram de além-mar para auscultar conosco a realidade da Igreja e da Vida Religiosa do Brasil.

E uma palavra **toda** especial aos nossos Conferencistas, e na pessoa deles à valorosa e competente Equipe Nacional de Reflexão Teológica da CRB que incansavelmente e com extraordinária dedicação, assessorou, em todo o momento, a Diretoria, e brindou aos Religiosos do país e fora do país excelentes trabalhos, estudos e subsídios.

Invoco sobre todos os participantes a luz e a força do Espírito. Que estes trabalhos e a nossa convivência fraterna destes dias, sejam a mais viva expressão da Comunhão e Participação que queremos anunciar como testemunhas do Reino.

AOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Durante a XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), realizada de 27 de julho a 2 de agosto de 1980, os Superiores e Superiores Maiores fizeram, no dia 31 de julho, uma Manhã de Espiritualidade. Nesta ocasião, o Cardeal Eduardo Pirônio, Prefeito da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, pronunciou duas conferências: a primeira intitulada: Pobreza e Esperança. A segunda: Serviço e Comunhão. Leia a seguir o texto original destas duas conferências.

Cardeal Eduardo Pirônio
Roma, Itália

POBREZA E ESPERANÇA

Queridos Irmãos e Irmãs:

Este é um dia que muito nos compromete: um dia de espiritualidade.

Nós fazemos um parêntese nos trabalhos da Assembléia, para que o Espírito nos conduza à plenitude do amor. De um amor que sentimos que nos é comunicado interiormente por um Deus-Amor, que tem necessidade do nosso testemunho.

Por isso, ele nos chama, nos consagra e nos envia.

Um Deus-Amor que tem necessidade de nossa resposta, como o teve da resposta de Maria. Sim, sou o servo, a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a sua palavra. De um Deus-Amor que ama entranhadamente os homens, que sofre, que peregrina e que quer enviar-nos de novo a este mundo de hoje, a este Brasil de hoje para sermos, no próprio coração do povo, testemunhas de um Deus que nos chama para vivermos na verdade, na justiça, na liberdade, na paz, no amor.

Caminho de muita responsabilidade é esta resposta a um Deus-Amor. É a festa de santo Inácio de Loyola, mestre de vida interior e de atividade apostólica, homem contemplativo na ação ou homem de atividade contemplativa. Sob sua luz e com sua orientação, vamos introduzir-nos neste dia que terá de ser fundamentalmente de escuta da palavra de Deus, na **pobreza**, no **silêncio** e na **disponibilidade**. São estas as três condições absolutamente indispensáveis para que a Palavra de Deus venha a nós como veio a Maria.

Pobreza — no sentido de um total desprendimento de nós mesmos. O Evangelho revela-se aos pequenos. Lemos em São Lucas, capítulo 10, versículo 21: “Naquela mesma hora, Jesus exultou de alegria no Espírito Santo e disse: ‘Senhor do céu e da terra, eu te dou graças porque escondeste estas coisas aos sábios e inteligentes, e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, bendigo-te porque assim foi do teu agrado.’”

A Palavra de Deus vem aos corações simples e pobres como o de Maria. “Fez grandes coisas em mim o Poderoso, aquele cujo nome é santo, porque olhou para a pequenez de sua serva”.

A outra atitude para este dia de espiritualidade é o **silêncio**, sobretudo interior, guardado e expresso também pelo silêncio exterior.

Silêncio interior de nossa imaginação, para libertar-nos do nervosismo e da inquietação com que nos movimentamos constantemente em meio às nossas tarefas e atividades e à nossa missão. Pôr o coração num espaço de deserto, para que Ele nos fale, para que o Espírito fale profundamente em nós. Na medida do silêncio, ele descerá a nós como desceu a Maria, a contemplativa, a que conservava todas estas coisas e as meditava em seu coração.

E vem logo a terceira atitude: a **disponibilidade**. “Senhor, que queres que eu faça?” “Senhor, aqui estou porque me chamaste”. “Fala, Senhor, porque teu servo escuta”.

É neste momento da história da Igreja e do mundo, é neste momento de impacto para a Igreja no Brasil — com a recente visita do Papa, é neste momento em que despertam novas energias para a entrega a Deus e aos homens, que cada um de nós deve perguntar: “Senhor, que queres que eu faça?” Disponibilidade absoluta.

Esta tarde, vocês vão pensar, dentro de um clima de oração, nos projetos, linhas de ação, para a sua Conferência dos Religiosos e para vocês pessoalmente, como comunidade ou como Instituto. Eis o que o Senhor lhes pede: “Se hoje escutares a voz de Deus, não a rejeites.”

Tempo de plenitude espiritual, este terá que ser um encontro com Jesus no deserto. Infelizmente, o espaço exterior não nos permite entrar no deser-

to físico, geográfico, porém permite ao Espírito Santo, se somos pobres, fazer um deserto e instalá-lo em nosso interior, para o encontro com Cristo.

Sempre me impressionaram estas palavras que lemos no Evangelho de São Marcos, capítulo 1, versículos 35 a 39, porque são palavras que combinam a intensidade da atividade com a necessidade do silêncio, no encontro fraterno e com o Senhor, para orientar-nos no sentido da evangelização e da promoção humana integral. Diz o evangelista São Marcos: “De manhã, tendo-se levantado muito antes do amanhecer, ele saiu e foi para um lugar deserto e ali se pôs em oração. Simão e seus companheiros saíram para procurá-lo. Tendo-o encontrado, disseram-lhe: ‘Todos te procuram’. Ele respondeu-lhes: ‘Vamos às aldeias vizinhas, para que eu pregue também lá, pois para isto é que vim’. Ele retirou-se dali e saiu pregando em todas as sinagogas e por toda a Galiléia, expulsando os demônios.” Antes, eram os discípulos que voltavam felizes porque haviam realizado a sua primeira missão, e contavam a Jesus suas experiências...

Jesus vai para o deserto e todos procuram o Senhor. É um momento de intimidade e de oração. É o momento de encontro para escutá-lo. É o momento de entregar-se.

Seguindo as linhas gerais dadas ontem à noite, quando eu falava de “Tempos de esperança”, quisera apresentar-lhes, de modo muito rápido, duas palestras bem simples: **Pobreza e esperança, Serviço e comunidade.**

Esta primeira palestra será sobre **Pobreza e Esperança.**

Vou simplesmente indicar-lhes alguns pontos de referência, sobretudo alguns textos evangélicos da Escritura, para que vocês possam depois refletir e meditar, aprofundando-os pessoalmente.

Pobreza e Esperança: só se pode esperar de veras quando se é pobre. A pobreza é absolutamente necessária para a esperança, porque o homem pobre é que sabe esperar.

Somente a esperança cristã ilumina e dá sentido à nossa pobreza. Os dois temas — pobreza e esperança — estão intimamente unidos. E estão intimamente unidos sobretudo na vida de um Superior Maior. Na medida de sua responsabilidade, ele terá de ser pobre. Na medida de sua pobreza radical, poderá fazer bem aos outros, infundir-lhes esperança. Na medida em que se sentir carente, despojado, inseguro em si mesmo, buscará a segurança na força do Espírito, na luz do Senhor, o Mestre interior. Poderá, então, iluminar, conduzir, exigir, animar fortemente os outros, infundir-lhes uma coragem que ele, pessoalmente, é incapaz de ter. Faz-se mister, para poder ser um autêntico Superior Maior, bem como um autêntico superior de uma comunidade, ser um homem capaz de infundir constantemente esperança nos outros. Mas não poderá infundi-la se ele não for radicalmente pobre.

Maria deu-nos Jesus, nossa feliz esperança, porque ela era pobre. A sombra do Altíssimo cobriu-a. O Espírito Santo envolveu-a com sua sombra e, assim, nela entrou a feliz esperança.

É preciso desprendermo-nos, vivermos a liberdade que a pobreza nos dá, para caminharmos seguros na esperança. Aqui também, Maria do caminho, da Visitação, do serviço, é Maria — a pobre, Maria — a que se desprende, Maria — aquela que vai sem nada, aquela que confia somente naquele para quem nada é impossível.

Os tempos atuais, queridos irmãos e irmãs, valorizam no religioso e na religiosa, a pobreza e a esperança, e deles as exigem. Estarem livres e comprometidos com os pobres, assumir com serenidade os próprios limites, apoiar-se exclusivamente no Espírito, seguir radicalmente Jesus Cristo, e empenhar-se para ter motivos de esperar de novo.

Eu quisera, antes de mais nada, dizer-lhes qual a relação entre pobreza e caridade. Quisera ver pobreza e caridade. Por conseguinte, a pobreza como um dom e a pobreza como uma comunhão de bens. Depois, inserir nossa vida em Cristo pobre, para a missão de evangelizar os pobres.

Em primeiro lugar, dizia eu, vejamos a pobreza como forma, como expressão da caridade.

É interessante como no Evangelho há dois textos muito semelhantes que nos fazem pensar nesta relação existente entre a pobreza e o amor.

Em Mt 19,16-22, temos o episódio-chave para compreender a exigência da pobreza para os que seguem radicalmente o Senhor. É o episódio do jovem rico. Um jovem se aproxima de Jesus e pergunta-lhe: “Mestre, que devo fazer para ter a vida eterna?” Jesus lhe disse: “Por que me perguntas a respeito do que deve fazer de bom? Somente Deus é bom. Queres entrar na vida? Observa os mandamentos.” “Quais?” — pergunta o jovem. E Jesus responde: “Não matarás, não cometerás adultério, não roubarás, não proferirás falso testemunho, honrarás teu pai e tua mãe. Amarás teu próximo como a ti mesmo.” A orientação para a vida são os mandamentos e, no centro de todos os mandamentos, está este: Amarás teu próximo como a ti mesmo. Disse-lhe o jovem: “Tenho observado tudo isto desde a minha infância. Que me falta ainda?” Jesus lhe respondeu: “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me”. O importante da palavra de Jesus é o “Segue-me”. Depois, o importante para segui-lo é vender os bens. O importante não é exclusivamente vender os bens, mas sim o dar-los aos pobres. Compartilhar-los com estes é uma forma autêntica de pobreza. Ao ouvir tais palavras, o jovem foi-se embora, muito triste, porque possuía muitos bens.

Uma coisa é bem clara: a pobreza radical é necessária não só para entrarmos na vida — cada um de nós pessoalmente —, mas também para sermos caminho para os outros, para mostrar aos outros a vida.

O outro texto é de Lucas, capítulo 10, versículos 25 a 37. É um relato bastante parecido com o do jovem rico. Aqui também, aproxima-se agora um doutor da Lei, para perguntar ao Senhor: "Mestre, que devo fazer para possuir a vida eterna?" É a mesma pergunta apresentada pelo jovem a Jesus. E Jesus indagou: "Que está escrito na Lei? Que diz ela?" E o doutor respondeu: "Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma, com todas as tuas forças, com todo o teu pensamento, e a teu próximo como a ti mesmo." A mesma pergunta: "Que fazer para ter a vida?" A mesma resposta: "Amar". "Disse Jesus: 'Respondeste bem. Faze isto e viverás'. Mas o doutor, querendo justificar-se, perguntou a Jesus: 'E quem é o meu próximo?'" É o mesmo processo do jovem: "Já cumpri tudo. Que mais devo fazer?" Vender tudo, dar-lo aos pobres, seguir o Senhor. E com o doutor a mesma coisa: "Já fiz tudo. Mas quem é o meu próximo?" E Jesus explica quem é o próximo na parábola do bom samaritano. E conclui o relato dizendo: "Vai e faze tu o mesmo".

O Senhor pede-nos que, se quisermos possuir a vida, vivamos na sinceridade do amor. Este amor exige de nós pobreza, e exige de nós serviço. Ele nos dará liberdade. O pobre é um homem livre, que se apóia unicamente em Deus e nele encontra a salvação. O pobre é aquele que se abre aos outros na atitude de serviço. A pobreza é aqui apresentada como caridade. Em Jesus, também a pobreza se manifestará através de uma forma extrema de caridade. E, agora, recordemos o texto da **kénosis**, do aniquilamento de Jesus, em Filipenses, capítulo 2, versículos 5 a 11. O texto propõe-nos um caminho progressivo da pobreza, no qual Jesus se despoja, não de sua divindade, mas da manifestação desta divindade. Jesus se encarna, assume a pobreza, as limitações da natureza humana. Mas, além disto, ainda se faz verdadeiramente servo; ainda se faz obediente, e obediente até a morte de cruz. Por isso o Pai o glorifica. No caminho da pobreza, Jesus chega à doação total de si mesmo, à doação de sua vida pelos amigos. A pobreza confere uma grande liberdade para poder dar com alegria a vida pelos irmãos.

A pobreza não é fácil justamente porque é uma forma e uma condição da caridade sincera. Não é fácil! Por isso, embora falemos tão freqüentemente dela, embora a realizemos em alguns aspectos externos, não temos forças para nos desprendermos de muitos bens. Entretanto, se ainda não aprendemos a nos esvaziarmos de nós mesmos como Cristo que, sendo rico, se fez pobre para enriquecer-nos com sua pobreza, se não nos esvaziarmos não seremos radicalmente pobres, não teremos capacidade para descobrir onde estão os mais pobres e quais são as tarefas e os serviços mais urgentes, mais transparentes e salvíficos para esses pobres.

Por isso, a pobreza é um dom e é preciso pedi-la ao Senhor com toda a simplicidade e humildade. Encontramos isto bem claro no Evangelho de São Mateus, depois do relato do jovem rico. Logo depois que o jovem se foi embora, muito triste porque possuía muitos bens, Jesus disse aos discí-

pulos: “ ‘Em verdade, em verdade eu vos digo: é muito difícil para um rico entrar no Reino dos céus’. Então os discípulos lhe perguntaram: ‘Neste caso, é muito difícil salvar-se?’. Jesus disse-lhes: ‘Aos homens isto é impossível, mas para Deus tudo é possível’ ”, como que dizendo: a pobreza, que supõe um total desprendimento dos bens, a partilha destes com os outros, é um dom de Deus. E, se a pessoa se coloca numa atitude humilde e simples, Deus lho dá.

A pobreza como caridade, a pobreza como dom, é a pobreza que aparece também nos Atos dos Apóstolos sob a forma de comunhão. Lemos no capítulo 2 dos Atos, versículos 44 e 45, a descrição da primeira comunidade cristã: “Perseveravam unidos na doutrina dos apóstolos, na fração do pão, na oração. E todos eles viviam unidos e tinham tudo em comum.” É a participação. Pobreza é participação de bens: “Vendiam suas propriedades e seus bens e as dividiam entre todos segundo a necessidade de cada um”. O mesmo encontramos novamente nos Atos dos Apóstolos, capítulo 4, versículos 32 a 35: “A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava como suas as coisas que possuía, porque tudo era comum. Não havia entre eles nenhum necessitado, porque todos os que possuíam terras ou casas as vendiam e traziam o preço do que haviam vendido e o depositavam aos pés dos apóstolos; e repartiam entre todos conforme as suas necessidades.” Isto significa a pobreza como comunhão, como participação de bens.

É assim que aprendemos muito com as três palavras que formam o tema central da Assembléia de vocês: Liberdade ou Libertação para a Comunhão e a Participação. São três palavras que se unem estreitamente, que se exigem mutuamente e que formam uma só unidade. A pobreza nos liberta, faz-nos livres para entrarmos em comunhão, oferecendo aos outros generosamente a participação em nossos bens.

O primeiro ponto é este: a pobreza como forma de caridade, como dom, como comunhão.

Vamos simplesmente enunciar o segundo ponto: fomos chamados para seguir Cristo pobre. É a linha de Cristo pobre. A linha de Cristo pobre tem um texto-chave em Mateus, capítulo 8, versículos 19 e 20: “Então, chegou-se a Jesus um escriba e disse-lhe: ‘Mestre, seguir-te-ei onde quer que vás’. Respondeu Jesus: ‘As raposas têm suas tocas, e as aves do céu têm seus ninhos, mas o Filho do Homem não tem onde reclinar a cabeça’.”

A imagem de Jesus pobre tem de levar-nos a uma configuração cada vez mais profunda com o Cristo pobre.

Eu gostaria de assinalar simplesmente estes três aspectos da pobreza de Jesus: o total despojamento de si mesmo na Encarnação, fazendo-se servo e levando tal despojamento ao aniquilamento total da obediência da cruz.

Cristo pobre; Cristo **homem**, Cristo **servo**, Cristo **crucificado**. São as formas de pobreza de Jesus.

A segunda forma de pobreza de Jesus é a alegria de evangelizar os pobres: "O Espírito está sobre mim, porque me ungiu, porque me enviou para levar a Boa-Nova aos pobres, e a libertação aos oprimidos."

A terceira das atitudes simples de Jesus para com os mais necessitados, para com os mais pobres entre os pobres foi o amor. Jesus amou serenamente, salvificamente, a todos. Jesus não excluiu ninguém. E seu amor é salvação.

Jesus amou o rico e o pobre, o intelectual e o pescador, o justo e o pecador, a criança e o adulto. Jesus amou intensamente a todos com um amor universal. É certo, porém, que tinha predileção pelos mais necessitados: pelos necessitados de saúde — os enfermos, pelos necessitados de amor — as crianças, os pecadores, pelos necessitados de pão — os pobres materialmente, pelos necessitados de vida — os mortos. Jesus se movimenta nesta linha: a das crianças, dos pecadores, dos que sofrem, dos pobres.

Configurados com Cristo pobre, ficamos sabendo o que é o amor. Vivamos como ele viveu, numa total dependência do Pai. Parece-me que a pobreza de Cristo tem de ser vista nesta total dependência do Pai. E tem de ser vista também no seu estilo de vida: estilo de vida simples, austero, próximo dos homens. Precisamos de uma particular sensibilidade diante dos que passam fome, sofrem injustiças, opressão. Precisamos ser simples, serenos, modestos.

Finalmente, um terceiro ponto é o seguinte: como Jesus, também nós somos enviados para evangelizar os pobres. É a nossa missão. Já que fomos enviados, devemos sentir a alegria deste envio, sentir a necessidade de amar os mais pobres entre os pobres, sentir a responsabilidade de ir a eles como mensageiros de paz, não para provocar a violência, muito menos para acalmá-los incutindo-lhes uma resignação passiva; mas, antes, para abrir-lhes os corações ao Reino dos céus que lhes pertence, e para ajudá-los em sua promoção a fim de que participem plenamente deste Reino de justiça, de amor e de paz. Vamos a eles com a força e a sinceridade do amor. Vamos a eles como mensageiros de paz. Repito-o: não com a agressividade de quem cria violência, mas antes com a coragem de quem quer mudar, partindo lá de dentro, do interior, e seguindo os caminhos do amor e das bem-aventuranças, sim mudar o mundo, cujas estruturas estão envelhecidas ou em pecado.

É necessário dirigir-nos aos mais pobres, mas também pensar nesta outra zona de pobres que precisam receber de nós a Boa-Nova. Quem são os pobres? Quem são hoje os pobres, em 1980, aqui no Brasil? Certamente os pobres saltam aos olhos e são todos esses que Puebla descreve muito bem nos primeiros números do seu documento, quando fala sobre a situa-

ção expressa, por exemplo, em mortalidade infantil, em falta de moradia adequada, em problemas de saúde, de fome, de desemprego, de desnutrição, etc. A situação de extrema pobreza generalizada, que assume na vida real fisionomias bem concretas em que deveríamos reconhecer os traços do Cristo sofredor que nos questiona e nos interpela. Rostos de crianças atingidas pela pobreza antes de nascer, rostos de jovens desorientados, rostos de indígenas ou de afro-americanos, rostos de camponeses, rostos de operários, rostos de sub-empregados, rostos de marginalizados, de marginalizados urbanos, rostos de anciãos cada vez mais numerosos, etc. Vamos constatando isto e precisamos de uma grande capacidade dentro de nossa pobreza para descobrir estes pobres.

Queridos irmãos, além disto, temos de ampliar o âmbito de nosso olhar, abrir o horizonte, e descobrir aqueles que são tão pobres que a única coisa que possuem é o dinheiro. São pobres porque não têm capacidade de amor, pobres porque perderam o sentido da vida. São pobres porque já não têm o necessário para viver: ninguém pode viver sem amor, sem amizade, sem esperança, sem serenidade, sem alegria. Quando podemos aproximar-nos de alguém que sofre para infundir-lhe a alegria do amor sincero, estamos aproximando-nos de um pobre. Quando podemos aproximar-nos de um ancião, que vive uma terrível solidão pois que, ainda que possua muitos bens, foi deixado só, proporcionamos-lhe a alegria de constatar que agora há um irmão que dele se aproxima para lhe manifestar que ele não está só, para dialogar com ele: sim, ele agora tem alguém que quer entrar em comunhão com ele. Isto também é ir aos pobres para levar-lhes a Boa-Nova da salvação.

Termino aqui.

Esta pobreza abre-nos, irmãos, à esperança. Ela, porém, tem de ser uma pobreza como a de Jesus, intimamente unida à caridade. Moldada pela caridade. A pobreza passará. A caridade perdura. O estado interior de pobreza no sentido de uma segurança em Deus e no louvor para a glória do Pai, isto permanecerá. Acabarão os limites da pobreza porque ela se integrará na caridade que tudo pode, que tudo suporta, e que nunca terminará. Porque a pobreza é um dom que temos de pedir com simplicidade ao Espírito. Seguirmos radicalmente Jesus Cristo pobre, sentirmos a alegria de levarmos, também nós, a Boa-Nova aos mais pobres.

E terminamos com uma oração. Eu quisera terminar dizendo a Jesus:

Jesus pobre, vós nos ensinastes o caminho da plenitude e da vida.

Jesus pobre, vós vos fizestes homem, vós vos fizestes servo, obediente até a morte e morte de cruz.

Jesus pobre, vós me chamastes para viver com particular radicalidade a pobreza.

Jesus pobre, ensina-me a ser feliz, a ter verdadeiramente um coração pobre para ser feliz.

Dai-me, Senhor, um coração cheio de amor, que saiba compreender a pobreza dos irmãos.

Dai-me uma imensa capacidade de serviço para que, libertado interiormente pela pobreza, Jesus pobre, eu possa anunciar a Boa-Nova do vosso Reino aos homens.

Jesus pobre, eu vo-lo peço pelo Coração de Maria, a pobre, vossa Mãe e minha Mãe. Amém!

SERVIÇO E COMUNIDADE

Queridos irmãos e irmãs:

Continuando nossa meditação, que tem como tema único: TEMPOS DE ESPERANÇA, falamos esta manhã, em nossa primeira palestra, de **Pobreza e Esperança**. Na mesma linha, quisera eu compartilhar com vocês, agora, também um tema muito simples, e fazê-lo evangelicamente, pobremente: **Serviço e Comunidade**. Parece-me muito importante este tema do serviço a uma comunidade, serviço de animação e comunhão.

Eu falava em compartilhar com os Superiores Maiores, que têm uma responsabilidade importantíssima na animação da esperança, na animação total.

Acho que um Superior Geral tem de ir-se dando cada vez mais a seus irmãos, um Superior ou Superiora Provincial têm de ir levando seus irmãos e suas irmãs por caminhos de autêntica interioridade e experiência de Deus, por caminhos de verdadeira comunidade fraterna, por caminhos de compromissos mais fortes e audazes na missão.

Serviço e comunidade. Quisera eu iluminar esta meditação com o famoso texto que todos conhecemos do Evangelho de São Mateus, capítulo 20, versículos 24 a 28: "Ouvindo isso, os dez ficaram indignados com os dois irmãos. Jesus, porém, chamou-os e disse-lhes: 'Sabeis que os chefes das nações as subjugam, e os grandes as governam com autoridade. Não seja assim entre vós. Todo aquele que quiser tornar-se grande entre vós, faça-se vosso servo e o que quiser tornar-se entre vós o primeiro faça-se vosso escravo. O Filho do Homem não veio para ser servido para servir e dar a sua vida em resgate por uma multidão.'" Acho que este texto deve ser fortemente vinculado a dois contextos: o contexto da cruz e o contexto da caridade.

O contexto da **cruz** está implícito nas palavras de Jesus: "Vim para dar a vida em resgate." Mas está ainda mais implícito no fato que precede o relato citado: Jesus pergunta aos dois irmãos, João e Tiago: "Não sabeis o que pedis. Podeis beber o cálice que eu vou beber?". Para entrar na glória, é preciso passar pela cruz, é preciso beber o cálice. Não é que eu deseje um cálice e uma cruz para cada Superior Maior. No entanto, é inevitável, para a fecundidade da comunhão de sua vida, que esteja preparado, porque o cálice tem de vir necessariamente, e a cruz é o ponto onde sempre se realiza a comunhão, desde que Jesus, conforme nos diz São Paulo, na Carta aos Efésios, derrubou o muro de separação, e isto num só corpo, no seu corpo; e isto pela morte de cruz: um só Homem Novo construiu a comunhão entre dois povos passando pela cruz.

O serviço de comunhão que um superior tem de oferecer necessariamente à sua comunidade, a suas comunidades, supõe inevitavelmente esta fecundidade serena da cruz. Digo serena porque, embora forte e dura, no momento Deus dá uma graça superior e a pessoa quase não sente a profundidade da cruz.

No contexto da cruz, o Senhor também fala porque pouco antes havia anunciado pela terceira vez a sua paixão: "É necessário que subamos a Jerusalém, que o Filho do Homem seja entregue aos sacerdotes e aos escribas, seja crucificado e ressuscite no terceiro dia." Quer dizer que a idéia de serviço se acha muito unida à cruz. Por outro lado, a cruz está unida a uma forma de caridade e a uma segurança de Páscoa.

Eu dizia que esta expressão: "O Filho do Homem não veio para ser servido mas para servir" trazia igualmente em si um cunho, um sinal de caridade: "Vim para dar a vida em resgate por todos." A idéia de serviço até a doação total da vida acha-se aí contida.

Creio, meus queridos irmãos e irmãs, que o exemplo de Cristo, Servo de Javé, que se fez um de nós, servo, servo obediente até a morte e morte de cruz, que levou seu serviço até a doação de sua vida na morte, tem de iluminar também o nosso serviço. O maior serviço é a doação da própria vida. Isto não é estranho para nós, desde o momento em que Jesus nos descreve as características de um bom pastor. E, positivamente, um Superior Maior, uma Superiora Maior, é sempre um bom pastor. E ao bom pastor compete dar a vida por suas ovelhas. O bom pastor dá a vida. E este **dar a vida** consiste em ir gastando gota a gota a própria saúde, ir entregando os próprios talentos, ir tirando de sua profundidade interior palavras quotidianamente novas. Novas não em sua materialidade, mas novas em sua originalidade. São as mesmas palavras de sempre, porém ditas com um coração novo. Embora repita as mesmas coisas, saberá dizê-las sempre de uma maneira nova, se seu coração for dinâmico no amor. Ele atingirá seus irmãos de uma maneira nova.

Dar a vida pela palavra, dar a vida pela cruz sofrida em silêncio, dar a vida pela interiorização na fé e nos próprios valores espirituais da vida consagrada.

O serviço está muito unido à idéia de animação, de comunhão particularmente responsável no Superior. Por isso, justamente porque vive dando, porque vive servindo, o Superior terá que ser homem do espírito. Mais do que ninguém, tem ele que viver não segundo a carne, mas segundo o espírito. Um espírito de verdade que interioriza, um espírito de fortaleza que dá coragem e infunde esperança, um espírito de amor que alarga o coração, compreende, harmoniza, une, realiza a comunhão. O Superior terá que ser o homem da fidelidade, da fidelidade a Jesus Cristo, ao Evangelho, ao essencial na Vida Consagrada. Um homem que sabe penetrar, movido pelo espírito da verdade, na verdade completa que é Cristo. Um homem que sabe ter — como rezávamos hoje na oração da manhã — um conhecimento experimental de Jesus Cristo, o sublime conhecimento de Cristo, a participação em sua morte, a comunhão em seu sofrimento, em sua ressurreição, como disse Paulo aos filipenses. Enfim, o homem da fidelidade, que seja para os outros como que um sinal e um estímulo para a fidelidade integral a Jesus Cristo, ao Evangelho, ao essencial da Vida Religiosa, à penetração sempre nova nos valores essenciais da Vida Religiosa, de modo que seus irmãos, suas irmãs não se sintam bloqueados, paralisados ou divididos por coisas que são acidentais, que não se sintam distraídos de uma radical oblação e entrega a Jesus Cristo.

Homem da fidelidade à Igreja em sua concretez histórica, à Igreja de hoje, a esta Igreja presidida por João Paulo II, a esta Igreja particular presidida por tal Bispo e que possui estas ou aquelas características. Homem que sabe compreender, viver, realizar o mistério da Igreja como sacramento de Cristo, da Páscoa, e, ao mesmo tempo, como sacramento universal da salvação. Homem que sabe entusiasmar-se com esta Igreja que é Cristo entre nós, esperança da glória como dizia Paulo aos colossenses; que sabe entusiasmar-se com esta Igreja missionária, fermento, lêvedo, alma da sociedade como a chamava o Concílio, e, simplesmente numa palavra, sacramento universal de salvação. Homem da fidelidade à Igreja, homem de Igreja. Quando dizemos “homem de Igreja”, referimo-nos ao homem que ama a Igreja, que sabe dialogar dentro desta Igreja, que sabe manter-se em comunhão orgânica, madura, responsável com os pastores desta Igreja. Homem que também sabe ter a coragem de mostrar e descobrir caminhos do Senhor e de apontá-los aos pastores. É um homem que ama apaixonadamente a Igreja.

Fidelidade, finalmente, à própria identidade religiosa, isto é, fidelidade ao próprio “ser” religioso de preferência ao “fazer” pastoral. Sentir a alegria de ser tal religioso, de pertencer a tal Instituto, de haver recebido por meio da Igreja este dom do Espírito que é o carisma da Congregação: fide-

lidade ao seu próprio carisma. Construir o Reino, mudar a História, em tudo isto conservando uma fidelidade absoluta ao próprio carisma, à sua vocação e à sua missão específicas.

O gozo, a alegria da fidelidade residem na segurança que se apóia na fidelidade de Deus. O homem da fidelidade é o servo dos outros. É homem de unidade e de comunhão. Um Superior Maior — e, em seu nível, um Superior local — tem de ser um homem de unidade interior, um homem em quem não existe distorsão ou dicotomia entre fé e vida, entre contemplação e ação, entre Deus e o homem, entre tempo e eternidade, entre consagração e missão. É o homem que, por se sentir totalmente consagrado ao Senhor, irreversivelmente consagrado ao Deus da Aliança, se sente também constantemente enviado e sabe que sua missão provém de sua consagração, e sabe, ao mesmo tempo, que esta missão exige uma comunhão fraterna mais intensa e uma experiência de consagração mais íntima e alegre.

Homem de unidade interior, homem de comunhão eclesial, sabe viver a comunhão com os pastores e com o resto do povo de Deus. Homem que sabe fazer a comunhão no seio do próprio Instituto, dentro de sua própria Província, sem uniformizá-los, respeitando constantemente o pluralismo do espírito; respeitando-o com alegria, harmonizando-o, orientando-o, animando-o.

Homem da unidade e da comunhão, no plano humano, é o homem que sabe solidarizar-se com todos, que sabe principalmente sentir brotar em si uma opção preferencial pelos que mais sofrem, pelos que mais precisam, pelos que representam uma força mais viva na sociedade de hoje, pelos jovens. Um homem que sabe entrar em comunhão profunda. O homem da fidelidade à unidade e à comunhão. Homem, finalmente, da fidelidade à cruz e à esperança, homem da cruz e da esperança, homem do mistério pascal.

E todos nós temos que ser religiosos e religiosas, porque assumimos nossa consagração batismal, decididos a levá-la à plenitude mediante a nossa profissão. Devemos ser homens do mistério pascal porque o Altíssimo nos mergulhou na morte e na ressurreição de Cristo, porque ele fez conosco uma particular aliança de amor.

E o mistério pascal é isto: é morte e ressurreição; é aliança de amor.

O Superior Maior tem de ser o homem da cruz serena, da esperança construtiva, firme; o homem que vive serenamente a cruz e descobre sua fecundidade; homem que vive sua pobreza e que se apóia somente no Espírito, no Senhor.

Homem de fidelidade, homem de animação e comunhão, homem da cruz e da esperança. Assim, ele é o servo da comunidade.

É interessante como no texto já citado da Carta aos Filipenses, capítulo 2, versículos 5 a 12, a idéia de servo está intimamente vinculada com a idéia de comunhão. É Cristo que vem servir para a comunhão. Este hino, que descreve o aniquilamento de Jesus, o caminho de sua pobreza até a pobreza total, o despojamento total de si mesmo na obediência até a morte e morte de cruz, é um hino que está iluminado pela exortação de Paulo à unidade e ao amor: "Portanto, pelo conforto que há em Cristo, pela consolação que há no Amor, pela comunhão do Espírito, por toda ternura e compaixão, levai à plenitude a minha alegria, pondo-vos acordes no mesmo sentimento, no mesmo amor, numa só alma, num só pensamento, nada fazendo por competição e vanglória, mas com humildade, julgando cada um os outros superiores a si mesmo, nem cuidando cada um só do que é seu, mas também do que é dos outros. Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus". Neste contexto, Paulo diz-nos: Façam como Cristo, que se despojou, que se fez pobre, que se fez escravo, que se aniquilou a si mesmo, tomando a condição de escravo, assemelhando-se em tudo aos homens, e que, sendo reconhecido como homem, humilhou-se ainda mais, fazendo-se obediente até a morte e morte de cruz.

Interessante que Jesus, que se faz servo, vem para tornar-nos livres. É na Carta aos Gálatas, capítulo 4, versículo 4, que Paulo nos fala do Filho nascido de uma mulher, nascido de Maria, para dar-nos a liberdade, para fazer-nos livres: Quando veio a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a Lei (isto é, escravo da Lei), para redimir-nos do jugo da Lei, para fazer-nos filhos adotivos. Intervém, pois, um servo para dar-nos a liberdade. Intervém Maria, humilde serva do Senhor, para dar-nos o Homem novo, que nascerá dela pela força do Espírito. Homens livres, fraternos, filhos de Deus! E, assim, o Espírito clamará em nós: "Abba!", isto é, "Pai!".

Cristo-Servo. É interessante recordar também a figura de Cristo-Servo, que Isaías nos descreve em seus quatro cânticos (Is 42). Citemos apenas esta primeira expressão do versículo 1 do capítulo 42 de Isaías: "É meu servo, que amparo. É meu eleito a quem dedico toda minha afeição. Farei repousar sobre ele o meu Espírito, para que leve às nações a verdadeira religião." E a missão deste servo consiste em abrir os olhos aos cegos, em tirar do cárcere os cativos, os prisioneiros, fazer sair da prisão os que vivem na obscuridade. "Eu te formei para que fosses a Aliança dos povos, comunhão e luz das nações, profeta." O servo é aquele que faz a comunhão. O servo é o profeta. Valeria a pena meditar todos os quatro cânticos, mas continuemos a nossa reflexão sobre Serviço e Comunidade, vendo sobretudo a responsabilidade de um Superior Maior. Pensemos ainda em Cristo, o servidor: o serviço fundamental de Cristo é ele próprio, é a sua própria Encarnação redentora, é a sua presença. É isto o seu serviço fundamental. Cristo veio não só para servir e dar a sua vida como resgate, mas veio como servo.

Cristo é o servo sobre o qual o Pai faz o Espírito repousar, para transformá-lo em Aliança e Luz, em comunhão e profecia. Cristo é o servo e, por isso, desde a Encarnação até a cruz, desde a cruz até a efusão do Espírito Santo em Pentecostes, Cristo é, de maneira ininterrupta, o Filho de Deus feito homem, próximo de nós, que veio para servir e que estará incessantemente servindo-nos.

Ele serve desde o seu silêncio oculto no seio de Maria. Serve quando leva a alegria da salvação a Isabel, quando João, o Precursor, salta de alegria no seio da mãe, porque Maria o faz presente.

Cristo serve. Cristo serve no nascimento. Seu nascimento é um serviço, embora não haja ainda atividade externa. Cristo serve em toda a sua missão apostólica, em sua missão evangelizadora. O anúncio da Boa-Nova do Reino, a realização contínua da missão de Cristo enviado pelo Pai são também formas do seu serviço.

Por isso, são João nos fala magnificamente de Cristo-Servo no capítulo 13, quando conta a cena da última ceia, quando relata o episódio de Cristo lavando os pés dos discípulos. Jesus disse: "O que eu fiz como Mestre, deveis também vós, que sois discípulos, fazer uns aos outros."

João, que fala de Cristo-Servo, lembra-nos continuamente a figura de Cristo como enviado, e repete o que Jesus, o enviado, diz sobre aquele que o enviou: "Vim, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. Não falo por mim mesmo, mas refiro as palavras daquele que me enviou. Minha doutrina não é minha, mas é do Pai que me enviou". Tudo isto em Cristo é serviço.

Desde a sua Encarnação redentora até o momento definitivo do serviço de Cristo, que é a comunicação do Espírito em Pentecostes e a construção, pelo Espírito, de uma comunidade. Uma comunidade que é autêntica comunhão e participação de bens.

Jesus Cristo, o servidor... Que mais faz Cristo em toda a sua missão, com toda a sua missão, com toda a sua presença como servidor? Cristo revela constantemente o Pai. Revela-o pela sua presença, pelos seus gestos, pela sua palavra e pela vida que ele comunica.

Cristo ora e ama o Pai. É o Cristo orante, o Cristo que ama o Pai, o Cristo que se acha voltado para o Pai, totalmente entregue a ele como servidor. Isto é importante para compreendermos que o nosso serviço é inseparável de um vínculo de amor com Cristo-Servo. Isto quer dizer que somos servos em Cristo, como Paulo diz a respeito de si mesmo: servos e, por conseguinte, servidores dos homens.

Cristo ama o homem. Ama o homem integralmente. Dá a vida por seus amigos: são gestos de serviço. Isto quer dizer que o Cristo que se

volta para o Pai jamais dá as costas para os homens. O Cristo que é elevado na cruz para se oferecer ao Pai, abre seus braços para reconciliar os homens com o Pai e entre si.

Servir, amar intensamente o Pai, é orar com profundidade, com verdade e é também ter o ouvido despertado para o clamor dos pobres, dos que sofrem, dos que esperam.

Cristo forma, sobretudo pelo Espírito, a comunidade de homens novos que chamamos de Igreja. Tudo é fruto do serviço de Cristo. A Igreja, que nasce do lado aberto de Cristo na cruz, é um serviço de Cristo. Importa ressaltar muito a continuidade e a globalidade do serviço de Cristo, de Cristo — aquele que serve, de Cristo o servidor, de Cristo-Servo. Importa vincular estreitamente Encarnação, missão, morte e ressurreição com a comunicação dos dons em Pentecostes. Globalidade do serviço de Cristo composto pela palavra, pelo sacramento, pela entrega de si mesmo. Interessante como são João, nos últimos capítulos do seu Evangelho (capítulos 13 a 17), reúne num todo e sintetiza o modo de serviço de Cristo. Ele nos oferece a palavra — são os discursos de Jesus na última ceia; oferece-nos o sacramento da Eucaristia — mistério de amor, o lava-pés dos discípulos — um gesto de humildade fraterna.

A luz de Jesus Cristo, o servidor, entendemos o serviço na Vida Religiosa, principalmente a missão, tão grande, tão delicada, tão dura e difícil, mas, ao mesmo tempo, cheia de alegria interior, de um Superior Maior.

Serviço na Vida Religiosa, primeiramente como disponibilidade em face do Plano de Deus, isto é, nosso serviço é uma disponibilidade.

Que significa servir? Significa estar disponível, comprometer-se, entregar-se. Assim, esta primeira disponibilidade, esta primeira entrega, este primeiro compromisso é com Ele. E consiste em procurar descobrir o Plano do Pai sobre mim, sobre meu Instituto, sobre a Igreja. Procurar descobrir o Plano do Pai sobre a História hoje. Que quer o Senhor de nós? Que quer de nós na construção da sociedade pluralista de hoje? Que quer o Senhor? Disponibilidade e compromisso. Compromisso que nos leva a dizer ao Senhor: “Eis aqui vosso servo, vossa serva. Faça-se em mim segundo a vossa palavra.”

Serviço como animação, descobrindo constantemente o rosto de Cristo, as exigências do Espírito, o amor do Pai.

Num Superior Maior, o importante é este aspecto positivo do “animar”. Na animação entra também a luz da sabedoria e da prudência para corrigir, para chamar a atenção, para orientar, para levar todos a caminharem com a audácia e a coragem do Espírito. Que nunca seja, porém, para amargurar, para freiar, mas, pelo contrário, para animar com o dinamismo do Espírito, o qual suporá no Superior Maior a existência de uma capacidade

contemplativa para entender a diversidade de seus irmãos, para entender o Plano de Deus sobre eles, para entender sobretudo como vão e por onde vão o chamado e a força urgentes do Espírito.

Animação: procurando introduzir seus irmãos na experiência de Deus, na oração, na contemplação. Isto significa animá-los para que busquem esta experiência profunda de Deus no silêncio, na oração. Animá-los à unidade na vida pessoal e comunitária. Animá-los a descobrirem cada vez melhor, nos acontecimentos da História, a passagem do Senhor. Animá-los a provar e a saborear a sabedoria da cruz. Animar criando a capacidade de compreender os sinais dos tempos. Isto quer dizer que um Superior Maior tem de procurar não só discernir os sinais dos tempos para mostrá-los aos irmãos, mas ainda criar nestes a capacidade de eles entenderem os sinais dos tempos, criar neles uma capacidade de conversão para que, de acordo com as manifestações do Senhor e com seus chamados urgentes, se vá realizando este processo pessoal, interior, de transformação íntima, de transformação na conversão, como animação, como dinamismo de esperança, para não se cansarem, para não terem medo, para não se conformarem com este mundo que passa, isto é, para colocarem seus irmãos sempre na disposição de caminhar, sempre a caminho.

Animar caminhando. Animar construindo.

Pedindo sempre o dinamismo da graça, são estes os serviços que precisam ser intensamente comunicados, transmitidos, prestados.

O serviço da esperança, não de uma esperança subjetiva, mas de um realismo evangélico, não de uma esperança passiva, feita de inatividade, mas antes de um compromisso criador.

Animar para não permitir que se tenha sempre medo, mas para que se tenha o medo necessário e suficiente para tornar a pessoa pobre. Entretanto, não poderemos ser radicalmente pobres se o Senhor não nos conceder a graça de termos o medo elementar. Um Superior Maior tem, sobretudo, de ser o homem da segurança em Cristo ressuscitado. Mas, para ele ser radicalmente pobre, inseguro de si mesmo, e, por conseguinte, apoiado em Cristo, aberto à oração, à escuta, num diálogo fraterno com os outros.

Eu diria: Ai de um Superior Maior que não seja capaz de infundir esperança em seus irmãos e que viva em permanente medo. Mas aí — e muito pior ainda — de um Superior Geral que seja incapaz de ter medo e que viva em permanente segurança pessoal, porque um Superior assim nunca ouve, nunca dialoga, talvez poucas vezes reze e, ainda que reze, sua oração não é a oração do pobre.

Finalmente, serviço para a comunhão. A Vida Religiosa, como resposta original e específica ao mundo no coração de uma Igreja que é comunhão, significa que esta mesma Vida Religiosa **tem de ser** a resposta original e específica ao mundo dentro do coração de uma Igreja que é comunhão.

É preciso, então, compreender a Vida Religiosa dentro da comunhão eclesial. Isto consiste — como dizíamos ontem à noite — na capacidade de conhecer e compreender o mistério da Igreja particular, a capacidade para viver a fidelidade dinâmica, sempre nova, criadora, ao próprio carisma em concordância com os Pastores. Isto exige o serviço de comunhão e um compromisso evangélico e religioso com o mundo, capacidade para descobrir os tempos novos de Deus no mundo, e, assim, uma capacidade contínua para a opção preferencial pelos pobres, para o sentido da pobreza; uma contemplação aberta a este serviço.

Comunhão dentro do próprio Instituto: um Superior Maior ajuda a fidelidade aos valores essenciais da Vida Religiosa e ao próprio carisma. Ao mesmo tempo, respeita um legítimo pluralismo. Não uniformiza, mas promove a comunhão, e, a bem deste seu serviço, o Senhor lhe concede uma capacidade para harmonizar a variedade dentro do Instituto e da Igreja.

Terminamos, como hoje de manhã, com uma oração muito simples dirigida a Cristo, o Servidor:

Senhor, vós sois o Servo de Javé.

Sobre vós desceu o Espírito, para serdes Aliança e Luz,
para serdes Comunhão e Profecia.

Em vossa Igreja, Senhor, vós nos chamastes também para isto.

Temos uma responsabilidade particular de animar, de realizar a comunhão, de promover esta comunhão no Espírito.

Ajudai-nos, Senhor, Servo de Javé, a sermos verdadeiramente servidores de nossos irmãos.

Servidores de nossos irmãos no seio da Vida Religiosa, e, partindo daí, servidores de todo o Povo de Deus, a começar pelos seus Pastores.

Nesta comunhão de Igreja, Senhor, fazei que sejamos autênticos servidores dos homens que sofrem e esperam, como esperaram de vós a comunhão e a reconciliação que vêm quando há alguém que esteja disposto a dar a vida em resgate por todos. Amém!

A IGREJA DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Palestra de DOM IVO LORSCHHEITER, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pronunciada durante a XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), realizada de 27 de julho a 2 de agosto de 1980.

Dom Ivo Lorscheiter

Presidente da CNBB

A palavra mais importante que eu gostaria de dizer aqui, não é uma palavra rebuscada ou estudada, mas é uma expressão sinceríssima de apreço comovido aos religiosos e às religiosas do nosso país. Não no sentido pragmático, pelo que fazem no Brasil, mas, com a mais íntima alegria, e como a mais convicta homenagem, pelo seu carisma, por aquilo que são, por aquilo que têm de insubstituível no conjunto de nossa Igreja.

Gostaria que aquilo que a CNBB, exatamente desde ontem está procurando ser aqui, através da presença de nosso Bispo responsável pelo Setor Vida Consagrada, D. João Batista Przyklenk, e que quer representar todo nosso carinho, toda valorização dos Bispos para com a vida religiosa no nosso país, que isto fosse então, agora, de forma bem sincera representado também aqui pelo Presidente e pelo nosso extraordinário Secretário-Geral D. LUCIANO MENDES DE ALMEIDA que vem precisamente das hostes dos Religiosos do Brasil.

Na verdade, creio, nós não poderíamos nem imaginar a Igreja do Brasil sem a presença dos religiosos. Não falo só nos aspectos pragmáticos e de atuação, mas por sua presença, sua espiritualidade, pela riqueza dos seus carismas variados, rejuvenescidos sempre. Nós, Bispos do Brasil, temos que comparecer aqui, para agradecer a Deus e agradecer aos religiosos do Brasil por esta riqueza que são e representam para todo o mundo. Tomem as minhas palavras como uma comovida expressão do que sentimos. Não queremos ser os chefes, simplesmente, dos religiosos do Brasil. Queremos

ser realmente daqueles que acreditam na riqueza dessa vocação, queremos ser, inclusive na medida de nossas limitações, aqueles que promovem esses carismas e estas vocações. Queremos ser os irmãos que se sentem enriquecidos por essa presença. E vocês cobrem isto de nós Bispos; cobrem também da Conferência dos Bispos do Brasil; cobrem isto cada religioso, cada Congregação, cada Instituto. Cobrem também a própria CRB. Esta homenagem aos Religiosos é também, evidentemente, uma homenagem muito especial à CRB. Creio que a Diretoria, todos os do grêmio diretivo, que durante este período tanto se esforçaram, merecem todo o nosso aplauso. Creio que os Religiosos do Brasil podem sentir-se felizes, sentir orgulho de ter a CRB assim unida, forte, viva, numa palavra, esta CRB que se esforça para que a Vida Religiosa vá se acrisolando e fortalecendo para o bem da nossa gente.

Esta, embora, pobre, mas muito sincera é a palavra mais importante que queria dizer. A outra eu vou dizê-la agora, com muita simplicidade. Daqui para frente, vou procurar meditar um pouco sobre o título e o tema que a coordenação da Assembléia me havia sugerido para esta comunicação ou esta troca de impressões: **“A Igreja do Brasil, seus grandes desafios e perspectivas”**.

Claro que falar de um tema assim vai significar que eu seja eu mesmo aqui. Eu não vou trazer palavras estudadas ou lidas em ninguém. Portanto é uma interpretação minha. Procuro ser objetivo, procuro não criar teses próprias. Evidentemente, na seleção de desafios e perspectivas, o enfoque é meu. Portanto, cada um tem o direito de discordar, e será até bom complementar. Muito bom que D. Luciano esteja aqui hoje, ele tem o dom da sabedoria inata e poderá me complementar.

Do pouco que estudei em minha vida, o que eu sei, sou devedor de tudo aos religiosos. Desde a Escola primária fui aluno das Irmãs do Imaculado Coração de Maria que eu homenageio e que tenho o prazer de ver aqui tão numerosas. Depois, do fim do primário até pós-graduação, imaginem só que coisa, tudo, tudo, se deve à Companhia de Jesus. Desde o 4.º Curso Preliminar até Doutorado da Gregoriana estive sempre, sempre, sempre, nas mãos dos jesuítas...

Dizem os jesuítas que toda boa meditação, todo bom sermão, deve ter três pontos. Também não achei um quarto. Vou, então, ficar entre os três. Acho que o primeiro grande desafio, que é também uma perspectiva, é compreender a missão verdadeira da Igreja.

O segundo grande desafio poderia ser, **realizar a unidade** da Igreja.

O terceiro desafio seria este: **responder, hoje, às exigências do Brasil e do mundo**.

São os três desafios que encontrei, como aqueles que mais uma vez nos possam servir de inspiração a bispos, leigos, religiosos, presbíteros, a todos nós que somos esta Igreja.

O primeiro desafio é portanto: **Compreender a missão da Igreja.** Eu acho que este é o maior problema da Igreja do Brasil de hoje: compreender bem a missão que esta Igreja tem. Ela mesma compreender esta missão que aí está, e depois, que também fora entendam e aceitem esta missão da Igreja.

Para que existe mesmo a Igreja? Nós poderíamos responder com palavras feitas, aliás muito justas, corretas, que a Igreja está no mundo para evangelizar e salvar os homens. Correto isto. Mas logo vem: o que é evangelizar? O que é mesmo salvar? Não vou aqui discutir estes conceitos, é claro. Só estou querendo sublinhar que aqui, está, evidentemente, o grande desafio. Compreender, depois realizar essa missão da Igreja. Está aqui, também uma grande dificuldade, principalmente hoje em dia; mas precisamente aqui está a grande perspectiva: Nós conseguirmos entender esta missão como algo global, integral. Creio que aí está a grande resposta que nós vamos dar hoje ao mundo.

Não é verdade que nós vivemos com a visita do Papa esta fenomenal experiência? O homem que realmente conseguiu fazer a missão da Igreja. O homem que conseguiu expor a missão da Igreja. Umas vezes, teoricamente, explanando o que é a missão da Igreja. Mas, principalmente, creio eu, no seu próprio modo de passar 12 dias entre nós. Nesta sua forma de estar entre nós, ficou definida e mostrada a missão da Igreja. Não será este o segredo, pelo qual todos, até esse momento, se declararam extremamente satisfeitos com esse modo do Papa ter sido Papa aqui entre nós?

Parece que aí estaria realmente uma forma de responder a essa pergunta: "Missão da Igreja".

Por outro lado, para nós, para cada um de nós, creio que essas coisas são difíceis. Parece que desde o tempo de Nosso Senhor Jesus Cristo já foi difícil que a sua missão fosse entendida. Havia aqueles que o queriam como Rei temporal e aqueles que o queriam como piedoso religioso, dentro do estilo e padrões daquela época. Também havia aqueles que o queriam como líder sindical e reformador político e aqueles que, por outro lado, até se escandalizavam por ver que ele pertencia ao mais novo rótulo daquele tempo.

Portanto, já no tempo de Cristo, houve essas dificuldades, e, através da história da Igreja, nós sentimos que essa dificuldade continua. Creio que hoje em dia ela é, no Brasil, muito acentuada. Por isso há muitas vezes hostilidade mútua, há muita perda de energias, muitas amarguras, muitas desconfianças, muita desorientação. Isto certamente é perda.

Nós queremos viver esse momento sem desesperos, sem tristezas. Procurar e pedir ao Espírito Santo a sabedoria para cada vez mais compreendermos o que a Igreja deve ser e fazer.

Eu, pessoalmente, vejo que há um episódio da Bíblia, que Nosso Senhor mesmo provocou, que serviu no seu tempo para explicar a sua missão, e que pode continuamente, e deveria continuamente também, ajudar-nos a entender esta missão integral da Igreja, que é salvar os homens. E este episódio é o episódio da multiplicação dos pães. Seria bom a gente meditar de vez em quando este episódio. Teríamos uma grande iluminação. Vemos ali como Cristo vai pregando sua doutrina, sua mensagem do Reino, mesmo no deserto, durante um longo período de dias e horas de modo que seus ouvintes, no fim, sentem fome. Portanto há neste episódio uma ótima lição. Não sei se seria sempre correto dizer que com mãos vazias não adianta pregar o Reino de Deus. Temos que confrontar isso com a prática de Jesus, e segui-lo em todas as suas manifestações e exemplos.

Os apóstolos fizeram seu noviciado, juniorato, etc. Eles se deram conta da situação. No fundo, também eles estavam com fome. Então, diziam ao Mestre: "Olha, nós já fizemos a nossa parte: anunciamos o Reino, pregamos a doutrina, agora deixa que eles vão embora para que comprem pão e se alimentem."

Vejam, entra aí o dualismo: "nós fizemos a nossa parte, nós pregamos, nós rezamos, nós fizemos a parte espiritual, sobrenatural. Agora, pão, hospedagem, isto é lá com eles. Manda-os embora para que se alimentem". Quantos de nós temos ainda esse dualismo. E aí começa o problema, mas vem então aquela magistral resposta do Senhor: "Dai-lhes vós mesmos de comer."

Quantas vezes isso é esquecido hoje em dia. Queremos separar demais o que é da Igreja e o que é do poder público; o que seria pastoral, o que não seria mais pastoral. Vamos aprender toda a Mensagem de Cristo. Este é o desafio.

Cristo levou isto tão a sério que, quando lhe disseram: "Mas como é que vamos fazer? Não há nada aqui que o povo coma". Ele fez o milagre. Aconteceu o milagre; e todo mundo foi saciado por intervenção direta de Cristo. Mas, quando o povo, assim alimentado, quis fazê-lo rei político, não aceitou. Vejam como esta espécie de declaração é dialética, como ela é de contraste, a bem dizer.

É muito bom que nós entremos nesta dialética. É um avanço, um recuo. Mas isto corrige as nossas viseiras parcializadas. Acho que nós devemos assumir um pouco essa dialética porque na verdade um passo vai corrigindo a distorção do primeiro. Acho que aqui está uma pastoral integral, a missão da Igreja que evangeliza, que leva ao Reino definitivo e, que, por isso mesmo, também deve dar de comer. Pode haver diferentes interpretações deste episódio. Penso que todos nós devemos assumir o fato de que, afinal de contas, somos influenciados pelas ideologias. A gente sempre quer que o outro seja aquele que está com a ideologia. Mas cada um de nós interpreta a Bíblia segundo as suas ideologias. Interpreta discursos, encícli-

cas, Medellín, Puebla, segundo as suas próprias preferências. É muito justo. Só que isto deve valer para todos. A ideologia sempre parcializa. E a gente costuma dizer: cuidado com as ideologias. Mas no fundo pensa só em determinada ideologia. Vocês se lembram aquele episódio de Puebla, quando um Bispo franciscano, aliás muito humilde, como costumam ser os franciscanos, disse: "Estou muito de acordo com o cuidado que se deve ter com as ideologias. Só gostaria de fazer uma pergunta, ou uma pequena aplicação de um texto da Bíblia... Vamos fazer assim, quem dentre nós estiver imune de ideologia, atire a primeira pedra... Ninguém, claro, atirou pedra... Temos, assim, que nos desarmar. Deixar fluir aquela maneira como Cristo viveu a sua missão. Creio que também neste episódio nós poderíamos ver a missão da Igreja hoje. Todo o dualismo sempre foi um perigo na teologia, na doutrina e na pastoral. Como custa à Igreja superar isto! Custa muito! Por isso temos que meditar, temos que nos deixar imbuir do exemplo e doutrina do Senhor.

Então não precisamos teorizar muito, como o Papa que, teorizou, sim, um pouco mas que, principalmente, fez, aqui, a Missão da Igreja.

Está nisso o primeiro e enorme desafio. Nós estamos sofrendo muito no Brasil com a falta de liberdade, com a falta de desarmamento e por isso é que as coisas realmente se tornam um pouco mais difíceis.

O segundo grande desafio, só o percebem aqueles que vêm que ele é consequência do primeiro. **Como entender e assegurar a unidade da Igreja.**

Aliás vamos fazer este acordo entre nós. Todo mundo já passou por isto: Nunca iniciemos falando de união e comunhão, sairíamos mal. Sempre devemos começar por falar da missão. Não adianta nós querermos nos preocupar com a nossa unidade, começando por ela. Se não tivermos entendido a missão, não vamos viver a comunhão interna. Só mesmo se tivermos entendido a missão, a responsabilidade e a tarefa é que, até por uma questão de brio humano, nós vamos procurar nos unir. Seria vergonhoso demais termos entendido a missão grandiosa, bela, abrangente, e vivermos, depois, em querelas entre nós.

De modo que é importante começar sublinhando sempre a missão; então, a união vai ser consequência. No Brasil, hoje, nós vivemos unidos, na unidade da Igreja? A CNBB vive unida aos bispos, aos religiosos, aos leigos? Os bispos com os religiosos, a CNBB com CRB? Até que, aqui, está uma das mais bonitas unidades hoje, graças a Deus, e graças também à CRB. Mas, será que estamos unidos, falando de um modo geral? Ou será que se dá entre nós aquilo que São Paulo já escrevia na primeira carta aos Coríntios, 1.º capítulo, e que nós hoje também vemos pela imprensa e sentimos em comunidades, quase repetindo aquela frase de São Paulo: "porque eu sou de Apolo, eu sou de Cefas"... Infelizmente no nosso Brasil, hoje, conhecemos também estes fatos! — "Eu sou deste bispo"... Eu sou de outro bispo... Eu sou da CNBB, eu não sou da CNBB. É bom que vejamos

isto: não para nos alarmar, mas para procurar evitá-lo. Não é que se dê em escala tão elevada que constitua o maior problema. Mas também não nos iludamos: não é em proporções tão reduzidas que não devamos examinar a questão. Mesmo porque a nossa capacidade, hoje, de colocar categorias nos bispos, nos movimentos, é grande, sobretudo estas três categorias: progressistas, conservadores e moderados.

O Santo Padre falou, especialmente, aos Bispos desta unidade. Falou de maneira muito positiva, bonita. Está tudo muito claro, em princípio. Agora, nós, como é que vamos fazer?

Creio que também aqui nós temos que nos deixar inspirar, iluminar e converter a tudo aquilo que é, realmente, a mensagem do próprio Cristo.

Cristo dizia assim: "o verdadeiro escriba, sábio, no Reino dos céus, é aquele que sabe continuamente produzir e se inspirar no novo e no velho". "Nova et vetera". Vejam bem: primeiro diz o novo... Não sei se alguém já viu, em outra leitura bíblica, separar o velho do novo. Talvez alguns fazem releituras nessas condições... Temos que procurar não nos ancorar nessas tristes catalogações. Vamos fazer o fluido e a fluidez passar por tudo isto. Temos que ter a coragem de nos unir. É claro que o temperamento de um será diverso do outro, também a história de cada um será diversa; portanto ele terá certos enfoques próprios e isso é bom para uma complementariedade. Mas que aqui não entre o monopólio por conta de ninguém. O monopólio é o que destrói: ou seja, pensar que o outro não é mais fiel; que eu é que sou fiel. Gostaria de propor aos religiosos professores, alguma pesquisa sobre os começos do pontificado do grande, embora, esquecido, e imortal Bento XV. Quem é professor de história, de teologia, poderia talvez pesquisar um pouco e publicar hoje alguma coisa sobre o começo do pontificado de Bento XV, deste pobre Papa! que teve que ser Papa durante os anos da Guerra Mundial, de 14 a 18. E mesmo, talvez, reeditar, a primeira Encíclica desse Papa. Nesta carta encíclica ele sentiu-se na obrigação de proibir todas as acusações que uns, dentro da Igreja, faziam aos outros. Estava-se saindo da crise do modernismo. Vejam bem, "modernismo"... mas aquilo ficou, no fim, uma tal cruzada que, na verdade, esse pobre Papa teve que fazer sua primeira Encíclica proibindo que alguém fosse chamado de modernista. Essa encíclica deveria ser reeditada hoje e comentada.

Ele mesmo conta, (isso ele não diz na Encíclica), que, quando entrou no Vaticano como Papa e foi abrir as gavetas, encontrou um bilhete que alguém tinha esquecido, na gestão anterior, e que dizia: "Cuidado com esse Cardeal de Bolonha — 'diacono della chiesa' — ele é modernista." Vejam bem, eu estou achando que nós poderíamos aprender um pouco da história também neste aspecto. Se, hoje, chamamos alguém de progressista, com isso ele fica liquidado; ou se chamamos a outro de conservador, ele fica também afastado e, desta maneira nós não balançamos na unidade.

Nesse sentido direi apenas que aí está uma das doenças graves da nossa Igreja, no atual momento brasileiro.

Todos sabem e todo mundo sentiu como se quis manipular a visita do Papa para ver se ele apoiava um grupo ou outro. Ele, na verdade, saiu-se magistralmente bem. Hoje pergunta-se: afinal ele apoiou a quem desses dois grupos? Na verdade, devemos dizer que a missão da Igreja nem sempre é fácil de ser entendida. Também a unidade da Igreja, respeitando todo pluralismo e complementariedade. É um dos desafios que nós temos, de fato no Brasil.

Terceiro desafio. Como responder às exigências do Brasil e do mundo hoje.

Claro que eu não saberia, nem quereria agora, dizer todas as perspectivas do Brasil e do mundo nos dias atuais. Mas acho que nós poderíamos procurar nos situar um pouco. Onde é que nós estamos hoje no Brasil? Que está mesmo acontecendo? Quais são as principais características? Parece que a maior dificuldade para a missão da Igreja, como também a maior dificuldade quando se trata da unidade da Igreja, e ainda a maior dificuldade quando se quer interpretar o estado atual o nosso país e do mundo, se coloca nos desafios de tipo social.

Mas será que não existem problemas internos? Tenho eu a impressão de que geralmente, os chamados problemas internos surgem desses outros. Nós somos colocados como fermento na massa, como luz no monte, como sal da terra, e o Papa definiu o Cristo "Redemptor Hominis" — Redentor do Homem. Teremos problemas internos como liturgia, espiritualidade e até mesmo no traje... Mas a maior interpelação nos vem da interpretação dos problemas mais concretos e humanos que o Brasil vive.

Creio que deveríamos olhar com muito cuidado, sem medo, mas também com muita delicadeza este problema: como nos posicionar diante deste tipo de exigência do Brasil e do mundo?

Começando aqui no Brasil eu gostaria de convidá-los a refletir sobre como a CNBB tem procurado se situar, durante estes últimos anos, diante dessas interpelações do tipo mais social, econômico, político, cultural. Tenho a impressão de que às vezes se pensa que há como que uma improvisação da CNBB nisto: uma palavra é dita aqui, outra ali... Uma assembléia fala de um assunto, outra trata de outro... como uma guerra improvisada, ao sabor do oportunismo. Vou me permitir defender a CNBB. Nestes últimos 16 ou 17 anos tem havido um trabalho de tipo orgânico, e é bom que a gente se situe em relação a ele. Podem-se distinguir três etapas, nestes últimos 16 ou 17 anos, no que se refere ao modo como a CNBB procurou interpretar a presença da Igreja, no meio dessas questões de tipo humano, social, político. O primeiro momento foi o daqueles anos difíceis, em que a CNBB procurou resguardar e explicitar os direitos humanos contra tudo aquilo que havia de atropelo contra esses direitos do homem. Foi um tempo

longo, difícil, de ter que se fazer muita coisa casuisticamente. Mas houve também, em 1973, uma Assembléia Geral da CNBB que estudou a Declaração Universal dos Direitos do Homem e aplicou isso ao Brasil. Este foi o primeiro grande período, um pouco casuístico, de atender o homem lá onde ele estava, individualmente, sofrendo e necessitando de apoio.

Depois veio a segunda etapa, em 1977, quando a CNBB percebeu que devia fazer algo mais global, sem deixar as pessoas, mas procurando fazer um trabalho de globalização, para uma reforma da vida política. Foram aqueles anos de 77 e 78, quando a CNBB procurou contribuir para a reforma da vida política do Brasil. Foi então que a Assembléia Geral de 77, publicou aquele texto: "Exigências cristãs de uma Ordem Política" que era mais globalizante, para ajudar a situar o homem dentro de uma visão de conjunto. E nos dois últimos anos, a CNBB quis chamar a atenção para o fato de que continuam cada vez mais graves os problemas sociais e econômicos do homem brasileiro e que é preciso que se atente para esses problemas também. Assim, em 1979, a CNBB publicou o fascículo "Subsídios para uma Política Social", onde se faz um exame do modelo sócio-econômico. E, nesta mesma linha, a última Assembléia Geral, em princípios deste ano, falou de um aspecto desses problemas sociais e econômicos: "problemas da terra e seu desafio para a Igreja". Eu quis dizer isso, não para afirmar que esse é o único problema, mas para salientar que este problema existe, e que a CNBB tem procurado analisá-lo, não improvisadamente, mas dentro de uma visão de conjunto, através dessas várias etapas.

Agora, quando se discute o novo estatuto do Estrangeiro, a CNBB está atenta. Não queremos os estrangeiros só do ponto de vista de um interesse nacional, na ordem jurídica, mas também sem prejuízo da solidariedade internacional. Não olhar só o problema da produtividade econômica, mas todos os ângulos da questão.

Creio, então, que há um esforço da CNBB, em todo este processo. E como a gente fica contente, quando vê que a CRB procura estar ali junto, unida a este esforço. Não se trata tanto de se a CRB deve ou não deve falar destas coisas. Se os Regionais da CNBB devem ou não falar. Se os Regionais da CRB devem ou não falar. Mas que nós aqui nos concertemos; que procuremos, sem artificialismos, ter uma palavra comum para dizer.

Dentro dessa perspectiva, exigências do Brasil e do mundo de hoje, eu queria convidá-los, agora, de novo, a refletir sobre tudo isso que foi este fenômeno belíssimo da visita do Papa ao nosso país. Fenômeno chamado de "Vendaval Wojtyla". Creio que devemos reconhecer que este fato não vai ser um fogo passageiro. As sementes que ele plantou estão se consolidando. No entusiasmo daquela visita, disse ao Papa uma frase, aliás, citando alguém, e esta frase talvez o tenha ferido na sua modéstia. Disse a ele o seguinte: "Para nós, o senhor, Santo Padre, em 12 dias, fez mais em termos de evangelização do que nós juntos em 480 anos". É certo que,

aqui tudo contribuiu: os meios de comunicação social, e a condição pessoal dele. Convém agora que nós comentemos e aprofundemos tudo o que ele plantou entre nós. Neste sentido, eu queria justamente comunicar-lhes uma preocupação que ele nos confiou no fim da visita. Já o disse aos educadores e vou dizê-lo em toda a parte, pois me parece que é, na verdade, um desafio grande que o Papa colocou diante do mundo e do Brasil de hoje.

Eu tive a sorte de estar 12 dias com o Papa, tanto no grande esforço que ele fazia em terra, como também nas viagens aéreas. Havia alguns da comitiva papal que acompanhávamos o Papa na cabine dele. Então ouvimos todas as interpretações que ele mesmo fazia da visita, do que ele queria realizar, do que ele pretendia. Isto é muito rico, porque ele mesmo interpretava. Somente um exemplo: ele afirmou muitas vezes: “Olha, eu não quero dizer uma palavra sequer que alguém possa, com certa razão, instrumentalizar contra vocês aqui do Brasil, contra um bispo, contra a Igreja, contra a CNBB”.

O Papa se mostrou comoventemente escrupuloso nesse ponto. A respeito daquele discurso seu aos bispos, em Fortaleza, que era pela imprensa chamado o seu momento de confronto mais importante, ele foi tão escrupuloso que queria que eu lesse os discursos antes. Eu não quis. Afinal discurso existe no momento em que é pronunciado... O Papa queria que a CNBB lesse antes para ver se havia alguma coisa que alguém pudesse interpretar mal. E dizia: “Se eu tenho que dizer alguma coisa de advertência eu o digo em particular e nunca num discurso público.”

Em Manaus, quando o Papa foi para o aeroporto, onde seria a despedida, nós quisemos falar com ele nos minutos finais. Era nosso dever, porque ele foi nosso hóspede, hóspede da CNBB. Ali ele nos fez uma afirmação, que constitui um verdadeiro desafio e que fica comunicado agora aos religiosos, e no qual insisto porque me parece importante. Este desafio está implícito, sobretudo naqueles seus discursos “aos construtores da sociedade pluralista”, e “aos jovens”. O Papa disse o seguinte:

— Vocês têm um país tão rico potencialmente, um país fantástico!

— Vocês têm um povo que é realmente um povo especial!

— Vocês também têm uma Igreja com uma grande força! Não só, disse ele, é forte internamente, mas também tem uma enorme força social. Então vocês devem usar ainda mais essa força social que vocês têm para corrigir essas injustiças, essas misérias e pobreza que andam por aí.

— Pois bem, um país rico, com uma Igreja forte, com um povo assim, ele insistiu —, vocês usem mais a sua força social”. E acrescentou: (e esse é maior desafio ainda):

— “Vocês deviam, vocês como Igreja, e como Nação, fazer do Brasil a grande potência mundial que corrija os erros dos dois blocos ideológicos

que dominam o mundo de hoje. O comunismo que não serve ao homem, e o capitalismo que não serve ao homem. Vocês deviam ser, o Brasil, o país que mostra o novo caminho, e segue o novo caminho.”

Perguntei, então, ao Padre Estanislao, o padre polonês da comitiva, secretário particular do Papa: — Será que isto é uma palavra para nos encorajar, ou isto é pensado? Isto que o Papa disse é sério mesmo? Sabem o que ele respondeu? — “Olha, D. Ivo, antes de começar a viajar pelo Brasil, em Roma, o Papa vivia repetindo esta tese.”

— E, então? Vamos aceitar este desafio? Não será perigoso a gente exagerar no trabalho social? Como é que é? Não vão de novo nos acusar de que estamos aproveitando o Papa para um engajamento social exagerado? Nós estamos vergonhosamente atrasados diante do que fez e quer o Papa.

Hoje faz 8 dias que estive com o Presidente da República. Ele me disse: “Muito bem D. Ivo! Meus parabéns pela visita do Papa.” Eu respondi: — “Parabéns a todos nós. Estou aqui e queria agradecer o seu apoio a tudo. E agora, senhor Presidente, vou lhe dizer o último desafio que o Papa nos plantou na alma, e lhe contei o que acabo de dizer. E acrescentei: Senhor Presidente, ele disse isso para nós, portanto daqui para frente, o senhor vai ver uma Igreja católica ainda mais atuante nesta direção.”

Nós não vamos nos perder em sociologias. De acordo? Sabemos bem o que é o Padre, o que é o religioso. Mas Jesus disse: “Dai-lhes vós mesmos de comer.” E o Papa o disse também à nossa Igreja. Isso não vai estragar a nossa identidade. Nós estamos muito conscientes disso. Fazemos tudo isso, não por ódio, mas por verdadeiro amor, por causa do Reino dos Céus, por causa da Graça de Cristo, porque queremos o céu futuro que deve iluminar a terra de hoje. Creio que se nós soubermos tirar esses antolhos ideológicos, nós vamos descobrir a beleza de uma síntese. Infeliz cegueira ideológica de esquerda ou de direita! É uma infelicidade em que nós nos ancoramos, e aí destruimos e perdemos força.

Estamos vendo tudo isso? São coisas tão grandes! O Padre Estanislao me disse mais: “D. Ivo, o Papa tem esta convicção. Ele é o homem que luta. Ele acha que agora basta de teoria quanto ao comunismo e quanto ao capitalismo. Ele quer mesmo uma personificação, uma concretização. Ele diz que se o Brasil não faz isto, quem vai fazer? E no Brasil, quem vai fazer isto? Ele acha que depende da nossa Igreja. E Igreja são vocês também, vocês com o seu carisma de religiosos”.

Eu aprendi que o carisma da renovação é próprio dos religiosos. Por isso eu tenho um enorme respeito aos religiosos. O carisma de fermentação mais forte, mais rico, mais agressivo é o carisma dos religiosos. Nós, bispos, temos o carisma da moderação, naquele sentido de unir tudo, não é verdade? O bispo tem que ser isto, um moderador.

Mas vocês, religiosos, vocês têm que ser o carisma da transformação agressiva. A história dos Institutos não foi sempre esta? Se havia algum problema que não estava resolvido, surgia um fundador para resolvê-lo. Esta é a beleza do carisma! E lembro a vocês que isso não é só vida, mas que é também teorizado pelo documento "Mutuae Relationes". Este documento manda que nós bispos estudemos melhor os carismas dos religiosos. Há nele uma passagem que eu até decorei, e que diz assim: "todo carisma é criativo, todo carisma é renovação, todo carisma é novidade sadia". Está escrito lá...

Então, pelo amor de Deus, não deixem envelhecer os seus carismas! Não tenham medo de fazer aparecer os seus carismas! Não tenham medo de que isso gere tensões! É claro, que tudo o que é renovação gera tensões... Eu creio, então, que se a nossa Igreja toda: religiosos, leigos, comunidades, se nós quisermos, esse desafio do Papa será refletido e posto em ação. Eu prometi a ele que nós iríamos começar a refletir sobre isto, e depois quando formos a Roma em setembro, lhe diremos o que está acontecendo. O Papa respondeu: "Sim, sim, eu também vou pensar, alguma coisa e a direi a vocês." Insisto, a modo de síntese, nos três desafios:

— Nós queremos compreender a missão da Igreja numa visão que seja realmente abrangente, integral, como no episódio da multiplicação dos pães. É preciso que saibamos dar o pão com o Evangelho.

— Unidade da Igreja — vamos acabar com esses catálogos, essas categorizações infelizes, porque se nós superarmos esses blocos ideológicos, então estaremos também preparados para aceitar esse concretíssimo e recentíssimo desafio que o Papa nos confiou. Nós da CNBB confiamos muito nos religiosos! Sejam vocês aquele tufão novo, doméstico, que vai levantar o vendaval da renovação. Sem medo, sem tristeza, sem desconfiança. Aquelas afirmações que o Papa fez na Bahia; aos construtores da sociedade pluralista são muito importantes.

Nós também somos construtores da sociedade pluralista, ou não? O Papa afirmou: "Vejo em todos vós os construtores do Brasil de hoje e de amanhã."

Depois disse mais: "Depende de vós todos e de cada um, que o futuro do Brasil seja um futuro de paz. Que a sociedade brasileira seja uma convivência na justiça. Irmãos e Irmãs, não tenhais medo de olhar para a frente, de caminhar para a frente rumo ao ano 2000! Um mundo novo deve surgir, em nome de Deus e do homem! Não recueis."

Vejam bem, o futuro não se advinha, o futuro não se prevê, o futuro se faz. O Brasil vai ser aquilo que nós fizermos dele.

Meu Deus! Se uma pessoa é capaz de revolucionar o mundo, então 50.000 religiosos não vão ser capazes? Este é o desafio!

AÇÃO PASTORAL DA VIDA RELIGIOSA DENTRO DA IGREJA

*Palestra de DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA,
Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos
do Brasil, pronunciada durante a XII Assembléia
Geral Ordinária Eletiva da Conferência dos Religiosos
do Brasil (CRB), realizada de 27 de julho a 2/VIII de 1980.*

Dom Luciano Mendes de Almeida
Secretário-Geral da CNBB

Gostaria de iniciar agradecendo a oportunidade de poder passar este dia em companhia de todos. É realmente imensa a alegria. D. Ivo Lorscheiter ontem, já lhes dirigiu a palavra como presidente da CNBB. Mais modestamente, mas com a mesma intensidade, quisera agradecer a tantos irmãos e irmãs, que aqui se acham presentes, a alegria de trabalharmos juntos nessa ação pastoral em nosso Brasil.

Quantos aqui presentes já nos conhecemos há tempo! Nesses últimos dez anos, muitas vezes temos nos encontrado nas Assembléias. Permitam-me uma comparação. Na minha última viagem a Roma, tive a oportunidade de presenciar a conversa de duas irmãs: uma que trabalhava no Brasil, outra vinha da África, onde se achava como missionária brasileira. As duas, tinham feito o noviciado juntas, e tido também alguns anos de convivência religiosa, e ali se encontravam naquela tarde conversando e contando o que estavam vivendo: a primeira inserida, numa comunidade entre os pobres do Brasil; a outra, missionária realizava seu trabalho também em ambiente muito pobre. Naquela conversa, tão amiga, tão fraterna, tão profunda quantas vivências religiosas se entrelaçavam. Não havia mais a juventude dos anos passados. Os cabelos já estavam grisalhos. As duas pareciam até um pouco marcadas pela doença. Apesar disto, mantinham um intercâmbio espiritual realmente inesquecível.

Sem querer desmerecer da juventude de ninguém, pergunto: Quem sabe se nós aqui não vivemos um pouco desta imagem? Sem dúvida, mui-

tos de nós aqui presentes podemos recordar como temos nos encontrado, há vários anos neste convívio tão amigo, tão simples, que nos potencia para continuar a caminhada.

Agradeçamos os frutos de vida religiosa que Deus tem permitido caracterizem os últimos anos da vida da Igreja no Brasil:

A oração diversificada e aprofundada; a generosidade apostólica nos postos de vanguarda, como disse o texto de Puebla; a total dedicação dentro das igrejas particulares. Sabemos que este é um dos pontos característicos da Igreja no Brasil. Percebemos também a pobreza feita de despreensão, de simplicidade, que tem, graças a Deus, marcado tantas comunidades religiosas do Brasil. Vemos também a união tão profícua entre religiosas, e também essa facilidade que as congregações, particularmente as femininas, encontraram para trabalharem juntas na formação e nos lugares de apostolado mais difíceis. Da parte dos padres, sublinhamos a sincera união fraterna com o clero diocesano.

Creio que a nossa obrigação, irmãos, é realmente a de reconhecer tudo isto. Reconhecer e agradecer a Deus. Isto é uma graça para a própria Igreja universal como tão bem dizia o Santo Padre, ao falar da Igreja do Brasil. Sabemos — e o salmo que rezamos no-lo lembra — que é o Senhor quem constrói a casa. Em vão a construiríamos, se o Senhor não a construísse, se não fizesse com que nós pudéssemos construí-la.

Estamos também lembrados de como o Santo Padre João Paulo II dirigindo a palavra aos religiosos do Brasil, dizia no dia 3 de julho, que se alegrava muito, porque via a vida religiosa como riqueza, um tesouro para a Igreja, base sólida para a evangelização, bem como um ponto de referência para o povo cristão, que deve ser encorajado na sua fé pela forma como os religiosos vivem a própria fé.

Creio que aqui está a grande mensagem que pode nos ajudar a repensar por uns momentos a nossa ação pastoral. O modo como os membros de institutos religiosos e seculares vivem a sua fé é ponto de referência que serve para mostrar como devem viver a própria fé os demais membros que pertencem ao povo de Deus. Lembremo-nos das Palavras de Jesus: o fermento, a luz, o sal.

Então, devemos perguntar-nos qual é, qual tem sido, qual deve ser a ação pastoral da Igreja nesse nosso Brasil. Estamos vivendo, desde os anos do Concílio, através dos Sínodos, das inúmeras assembleias nacionais da CNBB e da CRB, todo este lento trabalho de amadurecimento na fé e de busca também do discurso desta fé, para esclarecermos quais são os compromissos que marcam a nossa ação pastoral.

Ultimamente, percebemos também como o esforço de Puebla, já trazido para as assembleias do Brasil, resultou num pequeno documento, que não tem um único autor. Pela primeira vez, esse documento é fruto, não das

assessorias diretas daqueles que trabalham na CNBB, na sede nacional, mas também dos Regionais, que foram, propondo sugestões, até chegarmos à redação sóbria das "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil", que nos vão servindo para apresentar o objetivo geral, nessas já famosas seis linhas animadas pela inspiração do Espírito Santo na Igreja do Brasil.

Lembremo-nos mais uma vez do objetivo geral de nossa ação pastoral: "Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, construindo uma sociedade mais fraterna e anunciando, assim, o Reino definitivo". Cada uma dessas palavras tem eco dentro de nós.

Evangelizar é libertar para a comunhão e a participação.

Mas temos que nos perguntar o que significa realmente para nós esta insistência sobre a opção preferencial pelos pobres. Tornou-se nesta assembleia tema especial de reflexão. Quem sabe se não pode nos ajudar o modo simpático com que o Santo Padre se referiu à Igreja no Brasil, no discurso que considerava o mais importante durante sua presença no Brasil. Mons. Silveira, que conhece o estilo de redação dos documentos do Santo Padre, dizia que este documento saiu da mente e do coração do Papa diretamente para a redação e a oração diante dos favelados do Vidigal. E o Santo Padre dizia: "Entre vocês são muitos os pobres. E a Igreja, em terra brasileira, quer ser a **Igreja dos Pobres.**" São palavras textuais do Papa.

Vemo-nos incentivados, pela frase tão forte do Santo Padre: a Igreja, no Brasil, é esta Igreja que quer ser a "**Igreja dos Pobres**". Depois, ele comenta, como sabemos, o sentido que dá a essa expressão, enriquecendo com isto toda a reflexão que vamos também fazendo agora. A incidência então é essa. Tanto assim que a segunda parte das Diretrizes da CNBB nos ajuda a procurar de que modo as seis linhas de pastoral verificam e realizam, a opção preferencial pelos pobres.

Dentro desta perspectiva, há necessidade de captarmos melhor a realidade a partir de todas essas luzes que vimos recebendo.

Não se trata apenas de um ver, julgar e agir, mas quase que de um ver de novo, cada vez que recebemos um pouco mais de luz.

Houve tempo, meus irmãos, em que procurávamos atender às necessidades do próximo "dando o peixe". Num segundo tempo ensinaram-nos os mais experimentados que deveríamos "dar o anzol". Mas acontece que hoje não adianta dar o anzol porque o "rio está poluído; nele não se apanha peixe". Quer dizer: não basta, neste momento, que proporcionemos atendimentos isolados a pessoas, nem que ensinemos a tais pessoas, como elas mesmas hão de se prover do necessário. Percebemos melhor a "poluição" da sociedade. Nossa sociedade está mergulhada em muitas injustiças. O homem hoje tem mais consciência disso.

A missão de Igreja tem sempre que contar com o peso dessa poluição ambiental. Dentro desta perspectiva, entendemos a palavra do Santo Padre que nos ajuda a descobrir melhor a missão de Igreja. Consultemos, por exemplo a palavra que dirigiu “aos construtores da sociedade pluralista hoje”, que no dizer de um dos secretários do Santo Padre, é a descrição de sua caminhada pessoal sobre a posição social da Igreja. O Papa refere-se à condição humana e diz que, paradoxalmente, esta nossa época, que é a época em que mais se tem escrito e falado sobre o homem, época dos humanismos, época dos antropocentrismos, é também a época das profundas angústias do homem a respeito de sua própria identidade, do destino, do rebaixamento do homem a níveis antes insuspeitados, época de valores humanos conspurcados como jamais o foram antes. É esta a percepção que nós devemos interiorizar. O Santo Padre insiste: “Nem é preciso repetir porque todos conhecemos e vivemos os danos que trouxe ao mundo de hoje, ao homem, a auto-suficiência de uma cultura e de uma técnica fechadas ao transcendente”. O homem ficou reduzido a mero instrumento de produção, vítima de ideologias preconcebidas ou da fria lógica das leis econômicas, manobrado para fins utilitaristas e interesses de grupos que ignoram o bem verdadeiro da pessoa humana. Eis aí o rio poluído em que nós temos que reaprender a pescar. Então, dentro desta percepção dramática, entendemos também a conclusão da pregação do Santo Padre: “Creio que chegou a hora de todo homem e de toda mulher deste imenso país tomar uma resolução e empenhar decididamente as riquezas do próprio talento e da própria consciência, para dar à vida da nação uma base que possa garantir o desenvolvimento das realidades e das estruturas sociais na justiça”.

Parece-nos claro, portanto, que a ação pastoral da Igreja deve chegar à transformação das estruturas de convivência. E isto, ouvíamos ainda ontem de Dom Ivo Lorscheiter.

Dentro desta perspectiva, pois, iluminada pela experiência, pela palavra e pela oração do Papa, temos de perceber também de que modo esta ação pastoral da Igreja está comprometida com o futuro da sociedade brasileira. O objetivo diz “evangelizar” a sociedade brasileira, procurando pôr em prática o anseio de Paulo VI na **Evangelii Nuntiandi**: de que a evangelização atinja a **cultura**. Esta missão é de todos e refere-se especialmente às pessoas comprometidas com o Evangelho, aos que se consagram a Deus para a vida do mundo.

O Santo Padre reforça o nosso compromisso: “Não frustreis a expectativa de Jesus Cristo.” Qual é esta expectativa? A de que nós sejamos capazes de construir um mundo digno de Deus e do homem. “Não desiludais as esperanças do homem, vosso contemporâneo”. Isto é o Santo Padre, lembra que a vontade de Deus é que a nossa geração seja capaz de viver a sua fé até o empenho eficiente na transformação da sociedade.

Dentro dessa missão mais ampla devemos perguntar-nos: E nós, religiosos que nos sentimos comprometidos a nível de consagração, que somos

chamados a fazer? Como somos chamados a atuar? Que tipo de vivência devemos cada vez mais assumir? Quais são as atitudes evangélicas a interiorizar nesta transformação pessoal, comunitária e congregacional, para podermos atuar na transformação do mundo?

Diante do compromisso assumido, cada um de nós tem de passar a rever o modo de sua presença e de sua atuação no mundo. Trata-se de um trabalho de cada um, de cada Instituto.

Nos Capítulos, nas reuniões de comunidade, façamos o questionamento humilde: Que deseja e que quer Deus de mim? Que espera Deus de nós que estamos a serviço deste povo?

Ao responder a estas perguntas houve tempo em que nos preocupávamos muito em nível de indivíduo: fazíamos o bem a alguém, alegrávamo-nos com seu crescimento, dávamos o peixe e o anzol a **uma** pessoa. Hoje, porém, estamos todos convencidos de que é a **comunidade**, o Povo de Deus que deve ser transformador de toda essa realidade.

Assim, a ação de Deus, da Igreja, insere-se dentro do surgimento dessas expressões comunitárias simples, embrionárias no início, mas que vão pouco a pouco ligando as pessoas, fraternizando-as e tornando-se realmente força transformadora.

E, agora, o nosso segundo ponto: Como se insere a Vida Religiosa na Igreja que revê a realidade na consciência de seu compromisso de não frustrar a expectativa de Deus e do homem?

A Vida Religiosa é aquela que deve inspirar e induzir as atitudes fraternas dentro da sociedade. Isto quer dizer: se o Povo de Deus deve ser povo fraterno para que aconteça o Reino de Deus nos dias de hoje, dentro deste povo de irmãos, o ponto de referência deve ser a fraternidade daqueles que são consagrados a Deus. Porque é no modo como vivemos a nossa fé que o povo inteiro de Deus encontrará a luz, o sal, o fermento, o incentivo e a animação, a inspiração e a indução para chegar a essas atitudes fraternas. Deste modo, a Vida Religiosa no seio da Igreja deve levar os demais membros do Povo de Deus a descobrir mais explicitamente, através do próprio exemplo, as atitudes evangélicas.

Por que não tomarmos como ponto de partida a presença do Santo Padre entre nós? Assim poderemos compreender melhor a missão do religioso. Tão pouco tempo... No entanto, seu gesto, inspirou e induziu atitudes evangélicas. O Santo Padre debruçava-se sobre os doentes, tomava nas mãos as mãos de um excepcional, apertava contra o seu coração uma criança franzina e frágil. Quando vimos o Santo Padre beijar e abraçar com simplicidade esses irmãos, quem de nós não sentiu de perto o que seria a presença simples, afável, amiga de Jesus Cristo, induzindo um novo comportamento para a humanidade? Além de sua palavra fica para nós o gesto,

o beijo, o abraço, o inclinar-se sobre o doente, que vieram despertar em nós a essa experiência de Jesus Cristo no Evangelho.

Creio que aí está para nós também, alterando as proporções, aquilo que nos faz compreender o que deve ser o religioso, a religiosa, no seio do Povo de Deus.

Todo cristão deve **ser irmão** para seu irmão, mas o religioso deve sê-lo **de modo mais intenso** ainda. Ele deve ser capaz de apresentar-se como a concretização de uma aspiração de Deus, como o início de um processo de indução, de transformação, de mudança, em demanda dessa fraternidade.

É dentro dessa compreensão, pois, que temos agora de perceber melhor que os nossos carismas não devem envelhecer. Quer dizer que, na intenção de Deus, a Vida Religiosa acontece como um fruto e semente dentro do Povo de Deus. Fruto deste Povo, mas ao mesmo tempo semente sempre de uma nova vida, assim como no ciclo da natureza. Temos que procurar ver como os nossos carismas hoje podem tornar-se atuantes, vivificantes no seio do Povo de Deus, neste momento da história. E aí está, evidentemente, o grande questionamento de cada um dentro de sua própria família religiosa.

A Vida Religiosa é chamada a inspirar e induzir um processo de transformação evangélica. Qual o apelo que percebemos hoje? E é aí então que o discernimento apostólico, fruto do amor e da oração diante do Senhor, deve fazer-nos perceber melhor se esses carismas estão vivos animando nossos trabalhos e instituições de modo adequado à necessidade do nosso povo ou será que pelo contrário, estamos também envelhecidos nas nossas promoções, porque nossos carismas envelhecem?

A vida religiosa deve colaborar na transformação da sociedade através de ações que potenciem, não o tipo de atuação isolada, mas a vivência comunitária que, se possível, envolva todo o Povo de Deus, e faça o Povo assumir sua missão de sujeito da sua transformação.

Temos de nos perguntar se a Vida Religiosa que vivemos, se o modo como concretizamos nosso carisma estão fazendo acontecer, no seio do povo de Deus e na inteira sociedade o surgir de uma sociedade fraterna.

Mas será que a nossa atuação está sendo capaz de fazer surgir esse tipo de atuação comunitária que promove a sociedade fraterna?

Estamos inspirando um **comportamento** social **novo** marcado pelos valores evangélicos cujo ponto de referência seja o próprio modo como os religiosos vivem a sua fé?

Quais são os maiores apelos pastorais hoje? Em termos de Igreja, muitas vezes tem-nos ajudado o trabalho de pesquisa sobre os pontos de atuação eclesial da Campanha da Fraternidade. Não são coisas paralelas, é a própria vida da Igreja no questionamento dos Regionais, das comuni-

dades que estão na base dos Regionais, para chegarmos a ver, com maior discernimento, um ou outro ponto sobre o qual a Igreja inteira do Brasil deve se debruçar. A Campanha da Fraternidade vai, assim, assumindo uma função englobante do esforço de fraternidade. Consideramos, a título de exemplo, o evento da Campanha da Fraternidade. Como temos atuado em relação ao problema do Migrante?

Os **Migrantes** com todo o seu drama ainda estão esperando da Vida Religiosa a resposta de fé que possa induzir na sociedade inteira o processo de fraternidade que os auxilie a superar a própria condição. São tantos os migrantes caminhando pelas ruas e pelas estradas, sem poder fixar-se por falta de quem a eles estenda a mão de um modo organizado, estrutural.

Agora, vai surgindo no horizonte a nova Campanha da Fraternidade com todo o **problema da saúde**: um povo anêmico, um povo doentio, um povo desatendido. E nós com saúde, e nós com hospitais, e nós com tratamento todo especializado, e esse povo à margem da saúde. Será que isto não desperta dentro de nós uma consciência de que aí estão indicações concretíssimas sobre as quais temos de nos debruçar, com toda a vitalidade dos nossos carismas, com todo o vigor e com toda a força de nossas comunidades, para fazer acontecer um novo tipo de sociedade, onde não ocorram esses pecados sociais?

Não podemos deixar de chamar a atenção sobre o grave **problema dos menores abandonados**.

Vejam o que acontece hoje nas nossas cidades! No Brasil 62 milhões têm menos de 18 anos; dentro deste número, há mais de 12 milhões, de 4 ou 5 a 14 anos, que não sabem o que é uma escola. Constatamos que a criminalidade aumenta rapidamente. Que fizemos nós para diminuir essa criminalidade juvenil? Como é que a Vida Religiosa, vivificada pelo apelo de Deus — deve diversificar as suas formas de atuação para poder despertar e induzir o Povo de Deus uma ação comunitária e fraterna em bem do menor carente e infrator?

Suponhamos São Paulo, ou Rio de Janeiro, ou outra cidade grande entre as muitas que temos. Os menores estão aí. São os “trombadinhas”, são as meninas já iniciadas no vício, são aqueles que já passaram por uma infração, enfim, todo esse mundo tão diversificado de menores carentes que, infelizmente, existe no mundo. Que podemos nós fazer?

Podemos, por exemplo, abrir um orfanato. É uma obra que deve ser levada com sacrifício, com dedicação, sabendo que é realmente necessária dentro de missão subsidiária da Igreja. Mas vamos agora refletir: que é possível fazer — sem deixar aquilo que já se fez em termos de saúde, em termos, por exemplo, de obras voltadas para o menor — para despertar no seio da comunidade a capacidade onde acontecem os menores desamparados de se tornar **sujeito da solução** deste problema?

Vejam, então, a diferença: não se trata de comprarmos um terreno e de arrumarmos uma casa para crianças, de resolvermos o problema mantendo-nos à distância. Constatamos que o povo, este continua dissolidarizado, muitas vezes crescendo no egoísmo como acontece no caso dos velhos, no caso dos asilos. Abrimos casa para o menor e deixamos a sociedade alienada e distante. Criamos essas obras e, deste modo, mesmo fazendo o bem, tiramos dos nossos irmãos a responsabilidade de serem, também eles, capazes de se fazerem **sujeitos da transformação** da realidade do menor abandonado.

A Vida Religiosa precisa **induzir** no Povo de Deus uma **solução comunitária**.

E será que isto não nos leva agora a repensar como deve ser uma **ação libertadora**, que se faz com a participação do Povo de Deus, através dessas vidas consagradas, que despertam esse ideal humanitário e fraterno, como poderia acontecer no caso do menor e em tantas outras formas?

Por exemplo: nos cortiços, nas favelas, os religiosos podem fazer acontecer entre as pessoas que moram aí uma presença que desperta, anima, acompanha. Poderemos, sim, fazer surgir uma obra pequenina, adequada; por exemplo, um centro educacional para aquela comunidade, um centro educacional onde as pessoas vão aprendendo que aqueles menores **são deles**, que aqueles problemas que são deles, eles mesmos devem resolver. Podem as crianças e os jovens encontrar no seio daquela área de cortiço, daquelas favelas de periferia, o atendimento do próprio grupo de onde eles provieram. Para isto, é preciso que nós os ajudemos a descobrir a solução.

A nossa vida comunitária religiosa deve ser o ponto de referência para que a comunidade do Povo de Deus possa viver a sua fé, os valores evangélicos e o trabalho de transformação social. Devemos aprender a gerar soluções fraternas que envolvam toda a sociedade.

Concretamente dá-se o seguinte: algumas religiosas, algum irmão marista, por exemplo, um padre salesiano, leigos por eles formados vão estendendo sua ação a essas áreas de carência, e aí vão despertando, naquelas lideranças de favelas, de cortiços, pessoas com as quais formam grupos fraternos que assumam a solução do problema do menor. O povo vai se educando para resolver seus problemas de um modo fraterno. Modifica-se a estrutura de sua vida e, como bola de neve, vai-se modificando a estrutura inteira de convivência. **Os religiosos podem induzir este processo.**

Mas nós só poderemos fazer isto se nos reeducarmos, com humildade, para "trabalhar com", quando vivemos ou caminhamos lado a lado com pessoas que sofrem problemas, para, neste meio, realizarmos os nossos carismas.

Em tudo isso deve haver inteligência, e discernimento, Sabemos que muitas instituições continuarão sendo sempre válidas: uma U.T.I. de Hospital não pode ficar atendida apenas mediante alguns voluntários; diga-se o

mesmo quanto ao trabalho com loucos agressivos e com os doentes contagiosos, etc. . . Tudo isto necessita de obras maiores.

Quer dizer que há níveis de atendimento comunitário, que só podem ser resolvidos por pessoas especializadas, em lugares também adequados. Mas há outros problemas que a inteira comunidade deve procurar solucionar através de uma educação para a fraternidade. Isto faz a comunidade caminhar, e ser **sujeito de seu processo**. A Vida Religiosa ao expressar a riqueza de seus carismas na dedicação ao próximo, não pode desresponsabilizar o restante do Povo de Deus.

Nossa missão é a de ser para os outros ponto de referência na fé, através do modo concreto de vivermos a nossa fé.

Se alguém que é consagrado quiser fazer acontecer, nessa porção do Povo de Deus, a sua oração, sua gratuidade, seu sacrifício, e desinteresse, a sua paciência, este alguém irá gerando uma forma de vida estranhada de valores cristãos sem os quais não acontecerá nunca a fraternidade.

Recordemos a função do exemplo. Se a Igreja hoje está comprometida com a transformação da sociedade brasileira, isto não se dá apenas através de pessoas que são como que os técnicos dessa transformação, mas através da indução de toda uma porção do Povo de Deus que se faz sujeito da transformação.

É claro que aí devem inserir-se a tarefa, a missão, a ação pastoral de todos os cristãos e especificamente da Vida Religiosa.

A Vida Religiosa acontece através de seus carismas como presença, aberta ao Absoluto de Deus, dentro dos vínculos da fraternidade, comprometida com todos os valores evangélicos, e procurando atuar de modo adequado aos dias de hoje.

É claro que em nós há vontade de adequarmos nossa ação pastoral às exigências decorrentes de uma estrutura social que precisa ser modificada, como dizia o Santo Padre. Será que, não poderíamos tentar discernir melhor quais os grandes pontos através dos quais começaria a acontecer essa transformação da estrutura social?

Tomemos o problema do migrante ou do menor. Como vamos nos comprometendo? Quantos já se comprometeram de fato? A solução para tais realidades consistiria em modificar o tipo de convivência humana. Será que podemos modificar com urgência, com intensidade, com eficiência um tipo de sociedade no qual nós vivemos?

Que estamos fazendo para isto?

Na formação, na entrada para o noviciado — só para dar-lhes um exemplo —, como é que essas vidas se confrontam com as grandes necessidades da sociedade? Como é que passa para dentro desses corações o compromisso da solidariedade com os homens?

Certo homem, ao ver passar o Santo Padre, dizia gritando: "Ele vem despertar a todos nós." O importante agora, porém, é que despertemos para

o fato de que chegou o momento de a Vida Religiosa induzir pelo exemplo no Povo de Deus, a sociedade justa, solidária e fraterna.

Os Superiores Maiores, Provinciais e Gerais, são pessoas chamadas a animar esse tipo de engajamento pastoral, que em nada depõe contra a urgência e a prioridade do Absoluto de Deus, de uma vida de oração, mas que se compromete segundo o desígnio de Deus a realizar uma atuação que seja eficaz, que seja capaz de fazer acontecer a **transformação fraterna** da sociedade.

Esta sociedade de Deus, que deveria ser transcendente, aberta, justa solidária, fraterna, quem a vai construir? Se nós religiosos não conseguimos realmente unir os nossos esforços numa ação eclesial, para construir tal sociedade, quem o fará?

Sabemos que o Espírito Santo atua em todo o coração humano, mas que fazemos nós religiosos para que esta "sociedade de Deus" realmente aconteça?

Creio que, num momento de oração como estamos vivendo, sobretudo através de uma Assembléia como esta, em que nos deixamos questionar pelo Espírito, devemos perceber que o serviço pastoral que a Vida Religiosa presta e deve prestar aqui na sociedade brasileira não é supérfluo. Isto exige de nós uma transformação. Quem de nós não reconhece hoje que muito aprendeu durante esses últimos anos através da vida, através das experiências, dos insucessos, desse contínuo recomeçar, e que muitos de nós agora nos sentimos muito mais comprometidos com o nosso povo, pronto a dar a vida pelos irmãos.

Isto deve incentivar-nos, em todos os níveis, a sermos cada vez mais exigentes em nossa Vida Religiosa. Cabe, portanto, aos Superiores serem, à luz de Deus, os animadores das suas comunidades nesse processo.

É fundamental a modificação inteira de um povo, com todos os valores que desde esta dimensão — cada vez mais explícita — da fome de Deus, da busca de Deus, até as formas mais concretas de fraternidade, até aquela partilha mais exigente de bens. Isto tudo deve acontecer dentro da unidade plurivalente da missão da Igreja. A vida religiosa será o ponto de referência da fé de um povo. Isto deveria ser para nós não só uma responsabilidade, mas grande estímulo para continuarmos vivendo a nossa consagração.

Respondendo, pois, à pergunta: Qual é a atuação pastoral, que a Vida Religiosa deve ter no seio dessa ação de Igreja que vai evangelizando a sociedade brasileira? Poderíamos dizer com simplicidade: é a de continuarmos o nosso trabalho pessoal, no meio das comunidades e das congregações, **inspirando e induzindo** no seio da sociedade os valores evangélicos e **os processos comunitários** para realizá-los.

A Vida Religiosa permanece assim, no dizer de João Paulo II, o referencial da fé atuante, transformadora da fraternidade de todo o povo de Deus.

CRB: VINTE E CINCO ANOS

P. Marcello de Carvalho Azevedo, S.J.
Brasília, DF

Para quem hoje entra na vida religiosa no Brasil ou aqui chega vindo de outra parte, a presença e significação da CRB se torna evidente em pouco tempo. Dizia-me certa vez um relator da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, em Roma, que a CRB se destaca entre as quase 150 Conferências de religiosos no mundo, pelo dinamismo e qualidade de seus serviços e organização, mas também pela criatividade e originalidade de seus programas. Nada disto se fez de repente. **A CRB completou 25 anos em 1980.**

Por nove anos sobre os vinte e cinco de sua existência, a CRB teve no **P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.** o seu Presidente Nacional. Foi sempre eleito com significativo apoio dos Superiores Maiores do Brasil. **CONVERGÊNCIA** pediu-lhe este artigo, não só pela sua longa presença na Presidência, mas porque na sua gestão a CRB viveu uma fase particularmente intensa de sua história que a levou a amadurecer e definir sua atual identidade.

Convidado a escrever a respeito, hesitei um pouco sobre como abordar o tema. Uma possibilidade seria fazê-lo pelo método cronológico-histórico. Passaria então em revista o desenvolver-se da Conferência, desde 11 de fevereiro de 1954. Um trabalho assim é necessário e está ainda por ser feito. A CRB dispõe em seus arquivos de amplo material para documentá-lo. Penso mesmo que uma história da Igreja no Brasil, neste período, seria omissa se não considerasse a contribuição específica da CRB para a Igreja como um todo e para a vocação religiosa nesta Igreja, em particular. Não creio, porém, que este enfoque convenha a um artigo para a revista.

Optei antes por um corte analítico que ressalte alguns traços significativos da CRB. Não tenho pretensão de ser completo, nem de acertar sempre com a melhor escolha dos aspectos. Creio, porém, que um ensaio alusivo às bodas de prata da Conferência não poderia omitir as facetas que penso apresentar aos leitores.

CRB pioneira

A CRB foi das primeiras Conferências de religiosos criadas no mundo. Já bem antes do Concílio Vaticano II que as recomendou, ela se havia organizado e adquirido fisionomia própria. Foi assim um elo a mais na evolução da Igreja no Brasil, principalmente após a criação da CNBB, dois anos antes.

Muitas Conferências restringem-se aos "Superiores Maiores". A CRB, mantendo a representação oficial dos institutos religiosos através de seus superiores maiores, orientou-se desde o início para um serviço muito mais amplo a todos os religiosos no Brasil. Isto já vem expresso no seu nome. Mas sobretudo na consciência dos religiosos que dificilmente imaginariam a sua Conferência limitada apenas à instância daqueles que os dirigem e representam. A isto se deve muito da vitalidade, da pluralidade de atuações, da riqueza de enfoques e da complementariedade de programas que sempre caracterizaram a CRB.

Em contraste também com outros países, cujas Conferências procuram atender à especificidade de cada linha vocacional dentro da vida religiosa — vida contemplativa, institutos não-clericais, clericais — a CRB foi desde o começo Conferência única para todas as formas de vida religiosa no Brasil, inclusive para as religiosas contemplativas, com as quais desenvolve há anos um programa sugestivo de formação e informação.

A CRB constituiu-se também já desde o início, como uma só Confe-

rência para religiosos e religiosas. A longa experiência destes 25 anos e o depoimento quase unânime de Bispos e Religiosos (as) no Brasil confirma o acertado desta fórmula, tantos foram os benefícios que dela procederam para o crescimento das pessoas, dos institutos e da presença de vida religiosa no contexto da Igreja no país. A própria desproporção entre o número de religiosas e o de religiosos, aduzida, às vezes, como uma das razões para a separação de Conferências de homens e de mulheres, revelou-se no Brasil ser um fator de mútua ajuda, decisivo para tornar mais integrada a renovação da vida religiosa e sua atuação apostólica antes e depois do Concílio.

Por outro lado, a constituição de uma única Conferência, prevendo na sua configuração jurídica direitos e deveres equivalentes tanto para homens como para mulheres, esvaziou, por antecipação, muitas das tensões que, no contexto tão masculino da estrutura da Igreja, conduziram mais tarde em outros países a uma negativa repercussão intra-ecclesial dos movimentos feministas de resistência ou reivindicação.

A CRB oferece, é claro, programas específicos para a vida religiosa feminina ou masculina, quando a natureza do tema o aconselha. Mas a experiência revela que, na sua maioria, os projetos e promoções podem e devem ser oferecidos aos religiosos como tais, independentemente de sua conotação de sexo. Há assim um processo de mútua educação, de explicitação de enfoques específicos, de abordagem subsidiária dos problemas, que jamais seria

captado fora deste quadro integrado de trabalho entre religiosos e religiosas. Argumentos de ordem teórica, de que este tipo de colaboração impede a promoção da mulher, são facilmente esvaziados pela prática efetiva destes anos todos. A promoção feminina, após séculos de discriminação dentro como fora da Igreja, não se faz pelo isolamento da mulher em relação ao homem. O que distingue a contribuição da CRB para uma reta e madura valorização das religiosas é o fato de tê-las equiparado desde o início aos religiosos, no processo de elaboração e tomada de decisões. É o ter-lhe confiadas estruturalmente atribuições e responsabilidades idênticas às dos religiosos, na geração e implantação dos projetos da Conferência. Isto só pode ser compreendido em todo o seu alcance por quem viveu por dentro da vida da CRB. Seria um retrocesso enorme pretender alterar ou destruir o que se edificou e consolidou, em nome seja de princípios teóricos e desenraizados de nossa realidade e experiência, seja da pretendida transposição pura e simples de modelos eventualmente bem sucedidos em outros países, mas totalmente alheios ao contexto nacional e eclesial do Brasil.

Cabe mencionar ainda aqui, porque infelizmente usada superficialmente alguma vez, a insinuação de que uma única Conferência para religiosos e religiosas exporia os seus membros, mais do que Conferências separadas, ao risco de envolvimento afetivos. Um simples relance estatístico sobre o movimento de saídas de religiosos, religiosas e sacerdotes, nos diversos países do mundo,

na fase pós-conciliar, não privilegia nações como Estados Unidos, Espanha, França, Itália e Holanda, onde as Conferências são separadas, sobre países como Brasil, México, Canadá e outros, onde as Conferências são uma só para homens e mulheres. Mais recentemente até, onde era ainda muito rígida a separação das Conferências, vêm sendo criados mecanismos de colaboração e interação que, precisamente, visam a superar as deficiências de uma compartimentação exacerbada. Por outro lado, seria ridículo situar neste nível da organização funcional o equacionamento de problemas, condicionados, na verdade, por tantas e tão complexas variáveis. O problema afetivo não existe só para religiosos e religiosas, mas para todos os homens e mulheres no mundo. Fica tranqüilamente comprovado por estudos dos institutos religiosos e de outras instâncias que a índole seclusa e não raro repressiva da formação sacerdotal e religiosa, a seleção indevida dos candidatos à vida consagrada, as deformações devidas de labilidades psicológicas, por vezes mesmo patológicas, não levadas tempestivamente a sério, pesam tanto nas crises vocacionais pós-conciliares como as crises afetivas, para não mencionar que muitas destas se explicam por aquelas. A maturidade das pessoas será atingida não pela sua segregação, mas pelo relacionamento adulto, esclarecido e assinalado por uma real integração interior, entre homens e mulheres, na vida consagrada, como em qualquer outra forma de vocação na Igreja e no mundo. Quero crer que o desempenho da CRB contribuiu mais para isso do que para a

incidência, inegável e inevitável também na vida religiosa do Brasil, de problemas que não podem ser imputados exclusivamente ao nosso país, pois comprovados igualmente em outras latitudes.

Irradiação inter-congregacional

Sobretudo na fase pós-conciliar, a CRB inspirou e levou adiante a desejada renovação da vida religiosa no Brasil, tanto internamente, quanto em sua referência às demais vocações e ministérios na Igreja. Ela procurou fazê-lo, porém, muito atenta ao ritmo e à índole dos diversos institutos, consciente da diversidade dos pontos de partida e do tempo psicológico de cada grupo. Explica-se assim, por um lado, que, em contraste com o que aconteceu em alguns países, não se formaram no Brasil polarizações radicalizantes, nem ao nível do relacionamento entre os institutos, nem no plano interno de cada um deles, salvo poucas exceções, inexpressivas percentualmente. Por outro lado, um índice satisfatório de participação e uma porcentagem sempre alta de representatividade dos institutos religiosos junto à CRB é significativo de reconhecimento e aceitação.

Quase como um corolário, intensificou-se a colaboração e fraternidade entre os diversos institutos. A CRB contribuiu muito para eliminar a mútua ignorância e indiferença, aquele afastamento que tanto caracterizou a vida quase paralela das congregações antes da existência da Conferência. Somando forças, esvaziando toda forma de concorrência e emulação competitiva, prevenindo

a duplicação inútil de presença e atuação, a CRB, com grande respeito pelas instâncias e decisões próprias de cada instituto, atuou como um discreto entroncamento de interesses. Acenando a prioridades, hierarquizando meios e fins, sugerindo novas frentes, oferecendo alternativas, ela se foi tornando natural interlocutora de numerosas congregações em momentos de incerteza e busca, de decisão e implementação. Nenhum outro índice manifesta tanto apreço por esta forma de trabalho e assessoria construtiva e nada impositiva, como a frequência de visitas de Superiores e Superiores Gerais à CRB, quando de sua passagem pelo país. Ao nível provincial ou local, os religiosos e religiosas do Brasil cresceram na capacidade de não se pensarem a si mesmos em sua atuação apostólica sem levar em consideração as outras forças irmãs, procurando colocar-se no caudal de um esforço comum e subsidiário.

Todo este conjunto estabeleceu como que uma empatia entre a CRB e um grande número de institutos religiosos no Brasil. Isto resultou num mútuo serviço, na ampliação de informação, na comunhão de aspirações. Isto tornou também presente a CRB — como inspiradora, às vezes, como catalizadora e colaboradora, não raro, como beneficiária sempre — na marcha evolutiva dos institutos. Confirmam-no vários estudos monográficos que, por ocasião das Assembléias Gerais, se têm feito e apresentado ou publicado. Mais patente ainda é este dado ao nível das seções regionais, porque aí a caminhada se faz diretamente,

no dia a dia de vida e de trabalho. São numerosas as congregações que expressam à CRB sua gratidão por esta modalidade a um tempo fraterna e sumamente discreta de ajudar sem impor, de colaborar construindo e não fragmentando ou polarizando.

Unidade da diversidade

A extensão territorial e a pluralidade cultural do Brasil levaram progressivamente à organização subsidiária da CRB em Seções Regionais dentro da unidade de uma só Conferência nacional. Isto torna possível uma caminhada de todos, com perspectivas realmente nacionais, mas que se vai fazendo diversificada, em função das realidades concretas que marcam o complexo tecido regional, cultural e religioso do país. Por outro lado, o grande alcance da presença dos religiosos no esforço pastoral das igrejas particulares seria quase impossível sem este constante proporcionar-se da índole da vida religiosa aos reclamos da pastoral regional, apontada e orientada pelos Regionais da CNBB e pelos Bispos das várias igrejas locais.

Neste sentido, quanto pude verificar, a CRB não tem similar em outro país. Se, em alguns, as Conferências episcopais têm também sua expressão regional mais ou menos diversificada, em nenhum esta regionalização é acompanhada com o mesmo vigor e especificidade de atuação pelas respectivas Conferências de religiosos, como acontece no Brasil. Isto se torna mais palpável ainda se, para além da variedade

de regional, tivermos presente que a CRB, num processo crescente de interiorização geográfica que marcou seus últimos doze anos capilarizou ainda mais sua presença, criando numerosos Núcleos de vida religiosa, no âmbito rural ou urbano das várias circunscrições regionais. Surgiu assim uma vasta rede subsidiária de efetiva aproximação às bases. Isto reverte à CRB dividendos preciosos de realismo, objetividade e atendimento concreto em suas programações àquilo que é postulado pelos religiosos que se encontram diretamente nas frentes de trabalho. Raramente os projetos e programas da CRB foram imaginados, elaborados e lançados exclusivamente de seus escritórios executivos. Quase todos foram respostas concretas a demandas bem precisas de seus futuros destinatários. Isto explica a plena aceitação, quando não a intensa procura, em relação ao que oferece a CRB, seja em nível nacional, seja na diversidade de suas dezesseis Regionais hoje existentes.

Respigando projetos

Não me será possível, nos limites deste artigo, apresentar o amplo leque de atividades que pontilham intensamente a vida da CRB em cinco lustros. Destacarei, pois, alguns apenas entre os projetos da CRB, sem me fixar muito na ordem cronológica de sua criação e implantação.

Uma ajuda inestimável para os religiosos como pessoas e para seus institutos, em diversos níveis, foi a criação da **Equipe de Reflexão Teológica**. Seus quase dez anos de funcionamento regular se traduzem no alentado

acervo de trabalhos, artigos e publicações de seus membros, na válida assessoria que presta à Diretoria, na inspiração de fundo e explicitação das quatro últimas Assembléias Gerais da CRB, de 1971 a 1980. Mais, porém, do que este resultado palpável, o benefício primordial de sua atuação é constituir-se, para a CRB como um todo, numa instância continuada, seja de atenção crítica à realidade da vida religiosa como tal, no Brasil ou fora dele, seja de reflexão e tematização de enfoques teológicos que afetam a vida religiosa em si mesma ou em suas perspectivas de presença apostólica na Igreja. A Equipe se tornou, de fato, uma retaguarda de permanente realimentação muito sensível às necessidades e deficiências, aos pontos nevrálgicos ou de estrangulamento, que esta época de tantos desafios e transformações constantemente assinala ao empenho e responsabilidade dos religiosos.

A criação de **Convergência**, que está hoje com treze anos e 138 números, precedeu de pouco o advento da Equipe de Reflexão Teológica. Numa primeira série, de curta duração, **Convergência** pretendeu ser revista leve e ágil, com diagramação peculiar aos periódicos de vasta difusão. Estava nisto em direto contraste com a austera "Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil" que a precedeu e foi publicada até 1967. Esta se distinguia sobretudo por um bom documentário para informação e consulta, projeção especializada dos vários departamentos em que naquela altura se organizava a CRB. Além disso, era também um repositório em português do que emanava de Roma no interesse dos religiosos.

Nos últimos dez anos, porém, **Convergência** assumiu a índole e forma que tem presentemente. Foi uma opção bem definida. Com uma dedicada continuidade de redação e supervisão editorial e gráfica ao longo de toda a década, contando com o abastecimento da Equipe de Reflexão Teológica e de outros colaboradores, **Convergência** emergiu firme no contexto das publicações periódicas de natureza teológico-pastoral-espiritual, como uma revista séria, de peso e atualidade. Ela conquistou seu lugar próprio, como me dizia recentemente um sacerdote canadense, não só no Brasil, mas também em outros países, como um referencial indispensável a quem queira sentir e acompanhar a marcha da vida religiosa neste país. Nada nos convence tanto do acertado desta observação como a necessidade de ter que elaborar, por vezes, trabalhos que exigem ampla retrospectiva. **Convergência** é um excelente ponto de apoio, depositária de material abundante e de ótima qualidade. E que melhor prova disto do que o fato de não ser **Convergência** subsidiada em nada financeiramente pela CRB? Ela se auto-custeia integralmente, um dado raro em revistas desta natureza.

Omitindo uma série de promoções muito válidas no campo da formação, tanto no plano nacional como no das regionais, desejo focalizar algo de capital importância por sua qualidade e alcance.

Por muito tempo a CRB sentiu a necessidade de oferecer aos diversos institutos um centro de formação integrada e de atualização teológico-espiritual para os religiosos e reli-

gias que se encontram em faixas de governo ou de formação ou para elas se preparam. Qualificados muitas vezes para vários tipos de função pastoral ou administrativa, os religiosos se queixavam de não o serem para o desempenho específico do serviço de autoridade e de formação. Isto era tanto mais urgente quanto, precisamente nestas duas áreas, a aceleração de transformações pós-conciliares exigia informação e capacitação sólida, muito mais do que anteriormente.

Por dois anos, a CRB Nacional refletiu sobre isto, analisou aqui e no exterior eventuais modelos inspiradores, confrontou, comparou, definiu aspectos que a realidade do Brasil exigiria na índole e programa de uma tal iniciativa. Todo este esforço levou à criação do **CETESP**, a realização talvez de maior alcance e profundidade que a CRB lançou no decorrer de sua história. Não é aqui o momento de descrevê-lo. Isto já foi feito, aliás, em outras ocasiões. Mais do que uma apreciação de seu sentido e significação pela própria CRB, falam bem alto as avaliações quase unanimemente positivas dos já 500 religiosos e religiosas que passaram pelos dez CETESPs organizados desde a fundação do programa. Eles destacam sobretudo a feliz integração do elemento acadêmico (cursos) com a dimensão de vivência espiritual e comunitária (oração, direção espiritual, retiro de aconselhamento pessoal). Intensa e orgânica, esta síntese faz do CETESP uma fórmula muito original que responde adequadamente às necessidades de nossa vida religiosa e eclesial.

Nada confirma tanto o apreço por este programa como o fato de que, para as 50 vagas disponíveis cada semestre, os pedidos oscilam normalmente entre 90 e 120. O CETESP desenvolveu toda uma específica metodologia — um produto nacional sem similiar fora daqui — que, sem pretender imobilizar-se, constitui uma boa plataforma para as necessárias adaptações, mantida, porém, uma clareza de identidade e objetivos.

Um pouco na esteira do **CETESP**, porque inspirado por ele, aceno apenas ao **CERNE** que criou também um tempo precioso de interiorização pessoal e de atualização teológica e espiritual, humana e comunitária, para religiosos e religiosas cujas funções e índole de vida nem sempre lhes permitiram um estágio mais profundo de contato consigo mesmos, com as perspectivas conciliares da Igreja, com a realidade das populações a cujo serviço nos encontramos.

Por iniciativa da CRB desenvolveram-se muito os retiros intercongregacionais, as manhãs ou tardes de oração e inúmeras outras faixas de crescimento espiritual, de sensibilização à realidade do povo, como fonte inspiradora de uma opção de vida consagrada.

A CRB apresenta ao longo destes anos uma relevante folha de serviços aos religiosos e religiosas de diversas áreas funcionais: educação, saúde, promoção e assistência social, paróquias, comunicação. Nasceu na CRB o primeiro serviço especializado de estatística religiosa, que se ampliou mais tarde com a constituição do CERIS, à disposição de toda a Igreja no Brasil. A CRB focalizou com coragem, em momentos delicados,

problemas de fundo como a posição da mulher na Igreja, a profissionalização das religiosas, a análise e avaliação das pequenas comunidades e sua ulterior evolução até às atuais comunidades de inserção. Incalculável o que se fez em toda a área da formação inicial, através da criação de noviciados e juniorados inter-congregacionais em várias Regionais, da elaboração conjunta de uma pastoral vocacional para os nossos dias. Na formação permanente, seria quase impossível uma listagem até mesmo aproximativa, tantos foram os cursos monográficos, os seminários de estudo, as pesquisas, a Fitoteca, a sistematização especializada de arquivos e documentação. A simples menção de tudo isso recordará aos leitores outros itens ainda e lhes dará uma idéia do imenso cabedal de serviços que a CRB prestou aos Religiosos e Religiosas do Brasil nestes 25 anos.

Cabe ainda neste quadro um acento ao enriquecimento da vida religiosa entre nós, pelas estreitas relações da CRB com instâncias internacionais, como as duas Uniões de Superiores e Superiores Gerais, CELAM e CLAR, a Inter-americana, várias Conferências nacionais de religiosos, a ADVENIAT, a MISEREOR, PRO MUNDI VITA, AIUTO, SEDOS e outras, às quais, por títulos diversos, a CRB deve muito e é muito agradecida.

Identidade

A CRB se entende e se define hoje como um organismo de Igreja cuja finalidade é promover e animar a vida religiosa e coordenar atividades que contribuam para este objetivo. Ter clareza sobre esta sua identidade

e operacionalizá-la tampouco foi meta logo conquistada.

Numa época em que o Brasil carecia ainda de infra-estrutura industrial e de mercado regional, a CRB, nos seus primeiros 15 anos, deu grande ênfase a serviços de fornecimento de mercadorias necessárias às casas e instituições e operou também com viagens e passagens. Oferecia ainda o serviço de procuradoria, que assumia a representação dos religiosos junto aos organismos competentes, em vista da obtenção de verbas, de documentos e registros ou reconhecimento, principalmente de filantropia, utilidade pública federal e estadual. Por muito tempo, a CRB foi mesmo mais conhecida dos religiosos por este seu aspecto do que por suas finalidades específicas.

Foi por aí também que a CRB levantou apreciável patrimônio em imóveis e conseguiu financiar boa parte da programação de vida religiosa que oferecia aos religiosos. Nesta fase, a CRB emergia no contexto da Igreja no Brasil como uma espécie de fiador potencial e até mesmo financiador de outros organismos de Igreja que se criaram então. Pelo fato de dispor de recursos, mais do que por qualquer outra razão, a CRB passou a figurar em quase todos os estatutos de tais organismos, com direitos, deveres e/ou privilégios que não lhe competiriam estruturalmente, se olhada apenas a sua natureza própria ou a índole estrita de cada uma destas organizações. Inicialmente, ou mesmo por muito tempo, a CRB figurava estatutariamente aí, ao lado da CNBB, como parte na assembléia, nos conselhos e outras instâncias.

A crise

No início do quarto trimestre do ano de 1970, a CRB conheceu a mais dolorosa experiência de sua história. Devido a erros administrativos que se precipitaram nesta fase, o mês de outubro daquele ano revelou uma crise econômica e financeira de vastas proporções. Além de causar ingentes prejuízos a muitas congregações religiosas, ela levou à borda do colapso a própria CRB. Seria vão intentar resumir aqui o que foi esta fase dura e sofrida, conhecida, de resto, dos religiosos no Brasil e amplamente documentada no arquivo da CRB. Seu desdobramento, por sete anos consecutivos, levaria ao sacrifício de todo o patrimônio imobiliário e mobiliário da CRB e ao encerramento de suas atividades na área não especificamente religiosa, excetuada apenas a procuradoria.

Somente uma ação lenta e paciente, conduzida com perseverança e dedicação integral por uma equipe que literalmente se imolou pela CRB e foi solidamente apoiada por muitas províncias, comunidades e pessoas de institutos religiosos um pouco por todo o Brasil, permitiu sanear radicalmente todos os ângulos da crise, restabelecer a credibilidade da CRB no Brasil e fora dele, na Igreja e fora dela, e relançá-la inteiramente nova e orientada totalmente para a sua missão.

Este período, conhecido na Conferência simplesmente como "a crise", foi, paradoxalmente, o acontecimento central da história da CRB. Constituiu-se, sem sombra de dúvida, na mais profunda experiência espiritual que a CRB viveu em cada um de

seus membros e sobretudo em cada um daqueles que a dirigiam e serviam diretamente. Foi um válido e palpável dom do Espírito à vida religiosa no Brasil, neste período que cobrimos com o presente artigo. Esta fase foi marcada por uma profunda pobreza espiritual e material, por uma radical humilhação e desconfiança e, conseqüentemente, pelo esvaziamento de toda e qualquer modalidade de prestígio e de poder, sob qualquer aspecto, na Igreja ou fora dela.

Reestruturação

A crise levou primeiro a CRB a uma rigorosa reorganização administrativa, em termos de clara definição de atribuições de titulares e funcionários, autonomia e entrosamento ao mesmo tempo, funcionalidade e eficiência, além de pontual atendimento a todas as exigências de uma moderna organização e da legislação em todos os níveis. Isto teve duas grandes conseqüências.

A primeira foi a criação de métodos objetivos de trabalho que têm notável alcance pedagógico sobre os religiosos que, direta ou indiretamente, trabalham com a CRB e sobre os seus funcionários. Os que por lá passaram ou por algum tempo trataram assuntos de suas Congregações com a Conferência levam para suas funções uma bagagem apreciável de conhecimentos e modos de agir, cuja matriz foi para eles esta que se tornou uma escola realista de planejamento, implantação, avaliação, coordenação, marcada por um alto nível de qualidade e precisão. O fator pedagógico está precisamente na su-

peração de certas formas de alienação, muito freqüentes entre religiosos, que se acantonam em dicotomias e pretendem viver na dura realidade do mundo à sombra de privilégios e favores que os eximem do alto preço de sacrifício que pagam todos os homens que só podem viver de seu trabalho.

A segunda conseqüência foi a possibilidade de reduzir ao mínimo funcional as estruturas administrativas. Através da coordenação de pessoal em todo o Brasil, da contabilidade central e do departamento jurídico interno, a CRB descarregou as Regionais do ônus de duplicar ou multiplicar estruturas administrativas, com a correspondente carga financeira de pessoal especializado. Pelo fato mesmo, reduziu-se ou suprimiu-se mesmo a necessidade de que os religiosos liberados para as Regionais arquem com o ônus de atenção permanente a aspectos complexos de legislação ou com a ampliação sempre onerosa de espaços e equipamentos. As Regionais ficam assim liberadas para a sua missão de serviço qualificado à vida religiosa. Passa também a ser este o principal critério para o recrutamento de pessoal permanente, em vez de estar-se a exigir qualificações técnico-administrativas, seja dos próprios religiosos, seja de profissionais a serem para isto contratados. Por outro lado, na CRB-Nacional, uma base funcional proporcionalmente mínima em relação ao trabalho que realiza consegue precisamente o grande volume de sua produção graças à racionalidade e coordenação dos métodos operativos, potenciados pela proverbial dedicação

dos membros do Executivo e dos funcionários da CRB.

Na reestruturação, conservou-se apenas a Procuradoria, também ela profundamente reorganizada, porque, efetivamente, presta aos religiosos um serviço que lhes permite liberar para a área religiosa e pastoral grande número de pessoas que se ocupariam neste trabalho procuratório. Por outro lado, contribui pedagogicamente para a progressiva adequação dos religiosos às crescentes exigências legislativas e documentais. Permite finalmente à CRB ser interlocutora qualificada em assuntos de interesse dos religiosos, como se viu recentemente na questão de sua filiação ao sistema nacional de previdência social.

A crise liquidou a possibilidade de a CRB continuar financiando integralmente a programação da vida religiosa como se fizera por 16 anos, sem recurso aos Institutos religiosos. Por outro lado, foi concomitantemente com os sete anos de superação da crise e reestruturação administrativa, que a CRB se reformulou inteiramente em relação a sua própria identidade e aumentou de modo substancial o volume de seus projetos e promoções na área específica de vida religiosa. Isto levou à implantação de um sistema de apoio financeiro dos institutos religiosos à CRB, através de contribuições mensais. Este **ELO** que assim se estabelece, de **cooperação** voluntária mas plenamente assumida, apesar do sacrifício que representa, reafirma a **integração** de esforços de todos, em vista do serviço qualificado que a todos é prestado pela CRB.

Nova posição na Igreja

A crise, entre muitos outros efeitos, ensejou uma clara redefinição da natureza teológica da CRB, no contexto da Igreja do Brasil, e um aprimoramento de seu relacionamento com a CNBB e com os demais organismos de Igreja, sem baseá-lo desde então sobre a figura de uma CRB economicamente forte. A partir daí, mantendo sua autonomia como organismo de direito pontifício, com finalidades próprias, a CRB orientou a totalidade de seus esforços para a promoção e animação da vida religiosa. Passou a fazê-lo, porém, subsidiariamente, no quadro global da Igreja no país.

A consciência de sua posição e a crescente vitalidade de seus programas, seja em nível nacional como no das regionais, levou à configuração de um relacionamento com a CNBB nacional e com os Regionais da CNBB que é também único em toda a Igreja e não repete os modelos geralmente adotados nos outros países. A originalidade desta fórmula consiste em que a CNBB sempre admite a CRB à sua Assembléia Geral, dando-lhe possibilidade de voz, embora não de voto, é claro. Num outro nível, a Presidência da CNBB e a Diretoria Nacional da CRB reúnem-se como um todo, algumas vezes no ano, e não através das chamadas "comissões mistas" que se estabeleceram em outras nações. Além disso, a CRB se assenta com os demais assessores da CNBB, por ocasião das reuniões mensais da CEP e das reuniões outrora da Comissão Central, mais tarde, da Comissão Representativa e, agora, do Conselho

Permanente, de acordo com as sucessivas modificações estatutárias da CNBB. Em sua Assembléia de 1971, a CNBB extinguiu mesmo o seu Departamento para Religiosos. Reconheceu, a partir de então, na CRB, a instância adequada e competente para desempenhar esta função, sobretudo no que toca o crescimento e animação da vida religiosa como tal. A CRB, por seu turno, aprimorou cada vez mais, em si mesma e junto aos religiosos, a consciência de uma necessária articulação com a CNBB e com as Igrejas Particulares, em tudo o que concerne a iniciativa e o planejamento pastoral e a presença nele dos religiosos e religiosas. Foi esta complexa, coerente e bem sucedida rede de interação entre CNBB e CRB que levou ao bom relacionamento entre Bispos e Religiosos que caracteriza a Igreja no Brasil, tão prezado pelos dois últimos presidentes da CNBB, em pronunciamentos públicos no Brasil e fora dele. Isto nos pôs também ao abrigo de impasses e conflitos surgidos em outras partes, onde o modelo jurídico das comissões mistas foi preconizado de maneira rígida, mas não se revelou suficientemente elaborado e flexível, para abarcar a complexidade de situações.

Esta longa caminhada foi também seguida de perto pela Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, com a qual a CRB manteve sempre um contato direto e leal, em seus diversos níveis funcionais. Nada menos que quatro Cardeais Prefeitos conheceram pessoalmente a CRB aqui no Brasil: os srs. Cardeais Valerio Valeri, Larraona, Tabera e Pironio. Os dois últimos de-

**BOAS
FESTAS
DE
NATAL**

●

**FELIZ
E
PRÓSPERO
1981**

O **Natal** recorda e revive fatos e imagens que se associam às batidas do coração.

A memória obediente registra. É tempo de **RECONHECER E AGRADECER** a proteção, a presença, a inspiração

de **DEUS** em nosso dia-a-dia em 1980. É tempo

de **LOUVAR E ADORAR** a bondade

do **PAI** que se fez um de nós em Seu Filho **Jesus**. É tempo

de **CONFIAR E SUPPLICAR** as bênçãos do Senhor

sobre nós, sobre os nossos, sobre todos em cada dia

de 1981. A sensibilização espiritual e a ternura

típicas deste tempo

do **NATAL DE JESUS** sejam duradouras e nos envolvam

a todos ao longo do **ANO NOVO** na luminosidade de uma

esperança e de um amor

sempre renovados. **Jesus** nasceu

e se fez solidário conosco

na busca da paz e da fraternidade.

Boas Festas de Natal.

Feliz e Próspero 1981.